



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



CAROLINA SILVA FREIXO

**SOBREPOSIÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS: UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS NO ENTORNO DE
SANTARÉM – PA**

Limeira

2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



CAROLINA SILVA FREIXO

SOBREPOSIÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS NO ENTORNO DE SANTARÉM – PA

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na Área de Modernidade e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona

Coorientador: Prof. Dr. Eduardo José Marandola Junior

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA CAROLINA
SILVA FREIXO, E ORIENTADA PELO PROF.
DR. ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA

Limeira

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

F884s Freixo, Carolina Silva, 1992-
Sobreposições em áreas protegidas : unidades de conservação e terras indígenas no entorno de Santarém-PA / Carolina Silva Freixo. – Limeira, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Álvaro de Oliveira D'Antona.
Coorientador: Eduardo José Marandola Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Áreas protegidas. 2. Territórios. 3. População. 4. Políticas públicas. I. D'Antona, Alvaro de Oliveira, 1967-. II. Marandola Junior, Eduardo, 1980-. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Overlaps of protected areas : conservation units and indigenous lands in the surroundings of Santarém-PA

Palavras-chave em inglês:

Protected areas

Territory

Population

Public policy

Área de concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Titulação: Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

Alvaro de Oliveira D'Antona

Thais Tartalha do Nascimento Lombardi

Rafael de Brito Dias

Data de defesa: 29-04-2019

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7474-4369>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7837176633404784>

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona

Membro Externo: Prof. Dr. Thais Tartalha do Nascimento Lombardi

Membro Interno: Prof. Dr. Rafael de Brito Dias

A Ata de defesa com as respectivas assinaturas encontra-se no processo de vida acadêmica da aluna

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Álvaro de Oliveira D'Antona, por se disponibilizar em me orientar durante esta etapa da minha vida, desde a graduação até o mestrado, nestes longos 7 anos, cuja confiança, orientação e apoio foram fundamentais para que a dissertação e cada etapa da minha jornada em quanto estudante fosse concluída, meu muito obrigada e eterna gratidão!

Ao professor Eduardo Marandola agradeço pelo apoio e confiança no meu trabalho. A Professora Thais Tartalha, pela participação na minha qualificação, e nas demais etapas do trabalho e pelas conversas sobre doutorado e angústias. Suas orientações foram fundamentais para que eu finalizasse a dissertação. Muito obrigada! Ao Professor Roberto Donato que sempre me apoiou, por todas as sugestões e indagações e também por toda a oportunidade que me foi dada aos longos dos 2 anos de mestrado.

As pessoas que gentilmente colaboraram com meu trabalho, algumas delas sem me conhecer pessoalmente, e que confiaram em minha proposta e se prontificaram a colaborar.

Aos meus amigos queridos do mestrado Heitor Silveira e Diego Gobbo, geógrafos, que me ajudaram a compreender melhor a geografia para realizar esta dissertação e principalmente ao Diego, por todos os mapas, ideias e companheirismo, obrigada pelo apoio sempre!

Aos colegas e amigos de mestrado, pelas trocas e conversas e por serem sempre solícitos. Aos alunos do Cursinho Popular Colmeia que sempre me incentivaram a seguir neste caminho.

Aos meus familiares e meus queridos e amados amigos André, Bárbara, Bruna, Camila, Carla, Denise, Gabriel, Gesli, Janaína, Letícia, Maria Theresa, Marinho, Matheus e Mirela obrigada pela torcida e compreensão.

Ao meu companheiro André, parceria fundamental neste trabalho e nos últimos anos, obrigada.

Agradeço aos meus pais, presença constante e apoio incondicional, simplesmente obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O propósito desta pesquisa foi analisar as sobreposições de leis e de territórios em contextos de áreas protegidas, buscando construir uma categoria analítica de sobreposição para uma análise interdisciplinar. Empregam-se o referencial teórico de suporte ao conceito de território às políticas públicas e às dinâmicas de população, avançando na reflexão a respeito das terras destinadas a diferentes usos no Brasil, tendo em conta os contemporâneos arranjos populacionais e territoriais, e os conflitos gerados. Para tal, foi considerado o caso de Santarém-PA e seu entorno, área que, além de cidades e de estabelecimentos agropecuários de distintos portes, inclui: 5 unidades de conservação, 12 terras indígenas e 11 remanescentes quilombolas. Para o entendimento de sua distribuição e das dinâmicas nas quais tais áreas se inserem, foram utilizados levantamentos documentais, revisão bibliográfica e análises espaciais. Os resultados sugerem que as sobreposições, em geral, se associam nos contrapontos entre interesses de grupos de atores (como ribeirinhos, quilombolas, produtores rurais), processos microrregionais e regionais (como a urbanização, a expansão agrícola e a ampliação dos portos para escoamento de grãos), e de processos ainda mais abrangentes que acabam por se expressar nas leis e nas próprias delimitações das unidades consideradas (legislação destes territórios). O estudo de caso evidencia a importância do enfoque nas sobreposições em áreas protegidas pelas vias da interdisciplinaridade. Contudo, ao mesmo tempo em que se apresenta uma agenda relevante de pesquisa, coordenar esses dados sob o referencial proposto traz desafios práticos que precisam ser considerados no acompanhamento da dinâmica dos interesses dos atores envolvidos nestes territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas protegidas; Sobreposições; Território; população; políticas públicas.

ABSTRACT

The purpose of this research was to analyze how is the contexts of overlapping laws and territories in protected areas (or protected territories), in relation to the analysis for the construction of an interdisciplinary analysis. We employ the theoretical framework to support the concept of territory, public policies and population dynamics, advancing in the reflection on the overlaps between lands destined for different uses in Brazil, taking into account the contemporary population and territorial arrangements, and the conflicts generated. For that, it was considered the case of Santarém-PA and its surroundings, an area that, in addition to cities and agricultural establishments of different sizes, includes: 5 conservation units, 12 indigenous lands and 11 quilombolas remnants. Documentation, bibliographic review and spatial analysis were collected to obtain agreement between the boundaries and borders of such areas. The results were related to overlaps, in general, they were associated in the interest groups of groups of actors (such as riparians, quilombolas, rural producers), micro-regional and regional processes (such as urbanization, expansion and expansion of ports for the development of degrees), and of even more expanded ones that end up being expressed in the laws and in the delimiters of the units of power (bases of territories). The case study highlights the importance of focusing on overlaps in protected areas through interdisciplinary. While presenting a relevant research agenda, the data are considered under the reference model brings the challenges that need to be followed and the successes of the agenda are as follows.

KEY WORDS: Protected areas; Overlays; Territory; population; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Santarém – PA.	15
Figura 2 – Localização do município de Santarém-PA.	16
Figura 3 – Localização de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.	18
Quadro 1 – Áreas Protegidas (Km ²) em Santarém – PA.	28
Quadro 2 – Terras Indígenas no Município de Santarém - PA.	32
Figura 4 - Representação do interesse do uso territorial.....	60
Figura 5 – Sobreposição territorial no entorno de Santarém-PA.	65

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BR – Rodovia Federal

CARGILL - Indústria de alimentos (PORTO)

CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombolas

FLONA – Floresta Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONG – Organizações não governamentais

PA – Estado do Pará

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

RM – Região Metropolitana

RMS – Região Metropolitana de Santarém

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SIRSAN – Sindicato Rural de Santarém

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STM – Santarém

TI – Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

UCF – Unidade de Conservação Federal

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1. Problematização.....	15
1.1. Área de Estudo: Santarém-PA.....	15
1.2. Terras Indígenas, Quilombos e Unidades de Conservação.	27
1.3. Mosaico de sobreposições em Santarém –PA: dimensões populacionais, sociais e políticos territoriais.....	39
Capítulo 2. Base para uma análise interdisciplinar	44
2.1. Território como base para as Dinâmicas de população e Política Pública.	44
2.2. Estratégia Interdisciplinar.....	55
Capítulo 3. Sobreposição como categoria para análise do caso de Santarém.....	64
Considerações Finais	77
Referências Bibliográficas	79

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma contribuição acerca das sobreposições em áreas protegidas, com um olhar para as Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Sob essa perspectiva o objetivo do estudo é avaliar a contemporaneidade da dinâmica dos interesses dos atores envolvidos nos territórios explorados na região de Santarém - PA, de forma a compreender a transformação do rural e o processo de urbanização de forma completa e integrada e suas consequências para a dinâmica da população.

Para compreender a sobreposição, a metodologia proposta foi realizada em três fases: inicialmente traz-se o caso de Santarém – PA, com o estudo a partir de um viés empírico sobre a região; passando para uma base teórica e de suporte a partir dos conceitos de população, políticas públicas e território; em seguida se faz uma aplicação conceitual na análise do caso de Santarém – PA, com ênfase no constructo da categoria de sobreposição.

As sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) têm se multiplicado e recebido atenção especial nos últimos anos. As sobreposições podem ser vistas por vários caminhos, mas para a pesquisa é essencial estudar o tema das sobreposições entre áreas protegidas¹. Madeira et al (2018) ressaltam que políticas executadas por diferentes órgãos públicos resultaram na coincidência de diferentes tipos de áreas protegidas no mesmo território.

Para a realização do trabalho foram realizados levantamento preliminar, em que se busca contar a história de Santarém-PA, a partir de pesquisa das fontes secundárias e identificação preliminar dos interlocutores privilegiados. E um levantamento do estudo de caso, tais como mapeamentos, documentação e levantamento empírico dos atores sociais que estão presentes na região, os papéis exercidos e as forças políticas, econômicas e dinâmicas populacionais que ali existem.

São exploradas três principais abordagens como os movimentos, a composição e o processo de urbanização. A descrição da área de estudo, aqui feita, ressalta um levantamento sociodemográfico de Santarém, explorando e perpassando pelos elementos

¹ Segundo a Verissimo, et.al, (2011), as áreas Protegidas são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associados, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, a polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático, entre outros. A criação e a implementação das Áreas Protegidas também contribuem para assegurar o direito de permanência e a cultura de populações tradicionais e povos indígenas previamente existentes.

elucidados de uma revisão teórica. Propõe-se um direcionamento acerca das tendências populacionais dessas áreas, de forma indireta, intersecta o âmbito ambiental, político e econômico das áreas na Amazônia.

A região de Santarém demonstra um padrão de formação incomum, em que a diversidade socioespacial atende tanto ao perfil urbano, quanto a origem amazônica ribeirinha, por exemplo. A trajetória de Santarém se contrapõe às centenas de assentamentos rurais, reafirmando as limitações da institucionalização, excluem comunidades tradicionais e beneficiam grandes agentes capitalistas, causando um desequilíbrio entre o meio urbano e o natural.

A economia de Santarém-PA é construída a partir do extrativismo, através de diversos ciclos de produtos (drogas do sertão, borracha, juta, ouro, madeira). Isso definiu um padrão de dispersão dos caboclos e migrantes nordestinos em vilas seculares, locais que hoje vem sendo resignificados na medida em que a monocultura da soja, por exemplo, avança no comando da dinâmica econômica.

Com a existência de décadas de conflitos entre os novos colonizadores e habitantes rurais, seja no processo de colonização inicial, como no período de novas abordagens de habitação, essas fases geraram mediações nas políticas federais viabilizando a institucionalização de formas de vida da população tradicional (em assentamentos agroextrativistas, reservas extrativistas, florestas nacionais) que viabilizaram a permanência dessa população em pequenas comunidades próximas à cidade por décadas.

É importante destacar que as comunidades tradicionais se organizam no território segundo um padrão de dispersão e não há registros precisos a respeito da proporção dessas etnias em relação à população total. No caso de Santarém, a proximidade com a cidade permite que as comunidades se integrem econômica e socialmente (CARDOSO; GOMES; OLIVEIRA, 2016). A rede de comunidades constitui uma forma de resistência ao padrão hegemônico, a forte identidade e capacidade de articulação e de arranjos institucionais correspondem a essa dinâmica plural.

O crescimento estimulado por transformações socioeconômicas no contexto mais recente da expansão do agronegócio em Santarém-PA motiva a implementação de empreendimentos que sirvam para o escoamento de grãos, se dá em meio a formas pré-existentes de ocupação, incluindo as das populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Dá-se também no encontro (e desencontros) entre a produção agropecuária familiar e aquela de estabelecimentos agropecuários mecanizados, capitalizados (INEA, 2016).

No caso das ocupações tradicionais as implicações de construir empreendimentos com o proposto envolvem distintas dimensões para além da disputa territorial. Envolve receios quanto a possíveis impactos socioambientais e, até mesmo políticos, que possam afetar processos de constituição de comunidades e de respeito a modos de vida tradicionais, identitários de tais grupos.

Quando pensamos nas ocupações elas se tornam plurais, uma vez que estão interligadas a processos de construção de territórios, seja no controle, no uso ou na atribuição de significados, como nas políticas públicas e na dinâmica das populações. Desta forma, se torna essencial trazer um debate teórico-metodológico para o trabalho e isso será feita de forma com que auxilie na construção de um referencial sobre sobreposição. Para após este esforço ser feito uma categorização da sobreposição.

Para tal, a abordagem se deu de maneira em que se parte de algo geral para algo mais específico e depois analise o exposto. Com isso, em primeiro lugar, no capítulo 1, destaca-se o município de Santarém ao elucidar os atores sociais presentes neste meio, bem como os processos sociais, históricos e econômicos que levam o reconhecimento desta região.

Nesse sentido, a oportunidade de conhecer o histórico de Santarém-PA evidenciou uma região com disputas territoriais acentuadas, atualmente, destacadas pela discussão em torno do território composto por ribeirinhos, indígenas, quilombolas, e trabalhadores rurais, em busca de seus direitos ao território e a terra.

O município de Santarém-PA é emblemático e importante para a pesquisa. O crescimento urbano de Santarém tem sido muito desigual e vem entrando no contexto da expansão do agronegócio e das tensões que essa contraposição faz surgir. A disputa pelo acesso à terra se expressa em distintos casos de sobreposição de territórios (e/ou propósitos) de grupos específicos (INEA, 2016).

No capítulo 2, entende-se a necessidade de uma abordagem por meio de aportes teóricos dos conceitos de território, população e políticas públicas. Tal abordagem se destina a analisar, de forma conjunta, as políticas públicas, o território e a distribuição da população. Esse enfoque é o fio condutor da fundamentação teórica, metodológica e empírica da pesquisa. Principalmente para poder construir uma base interdisciplinar que nos leva a compreender as sobreposições

A pós esta compreensão e delimitação do referencial de sobreposição, o capítulo 3, destaca-se a busca analítica que propõe a investigar processos e dimensões da construção da categoria de sobreposição com uma análise do caso de Santarém – PA, em

que se possibilita a reflexão sobre a presença de populações em áreas protegidas e em seu entorno.

Sobre a relevância do estudo de caso de Santarém-PA, Gil (1999) afirma que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade, e fornece as bases para uma investigação mais abrangente. A escolha dessa metodologia se fundamenta, portanto, na necessidade de se conhecer, com maior detalhamento, os territórios protegidos em sobreposição, e a partir de então ter subsídios para a discussão do tema de forma categorizadora. Para tal, foram utilizadas as modalidades de pesquisa bibliográfica e documental e para observar as transformações territoriais utilizou-se dados secundários de órgãos governamentais e estudos diagnósticos.

Tais questões permitem dialogar com disciplinas e com a interdisciplinaridade, propondo-se a investigar processos e dimensões de sobreposições territoriais, de interesses, e afins, a partir do contexto das áreas protegidas.

1

PROBLEMATIZAÇÃO

1.1. ÁREA DE ESTUDO: SANTARÉM-PA

Na região Norte do Brasil, o estado do Pará agrega 144 municípios (IBGE, 2010). O município em que é realizado o estudo é Santarém – PA (STM), situada à mesorregião do Baixo Amazonas e à microrregião de Santarém. Os limites do município são ao Norte com os municípios de Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Curuá, a leste com os municípios de Prainha e Uruará, ao sul com os municípios de Rurópolis, Aveiro, Placas e Belterra e a oeste com Município de Juruti (FEPASA, 2015), podendo ser observado na Figura (1).

Figura 1 – Recorte do Município de Santarém-PA e o seu entorno



Figura 1 – Mapa Santarém – PA. Fonte: Google maps.

A cidade de Santarém, bem como a grande maioria das cidades da Amazônia, apresentava até a década de 1960, suas relações econômicas e sociais mais associadas com o rio (COSTA, 2012), aos poucos começou a ter sua estrutura urbana modificada, isso devido à criação de algumas rodovias como: BR 010 (Belém-Brasília), BR 230 (Transamazônica), BR 163 (Cuiabá-Santarém), PA 370 (Santarém-Curuá-Una) e a Rodovia Fernando Guilhon, podendo ser observadas na Figura (2) e também a localização do município.

Figura 2 – Localização do Município de Santarém PA e suas Rodovias

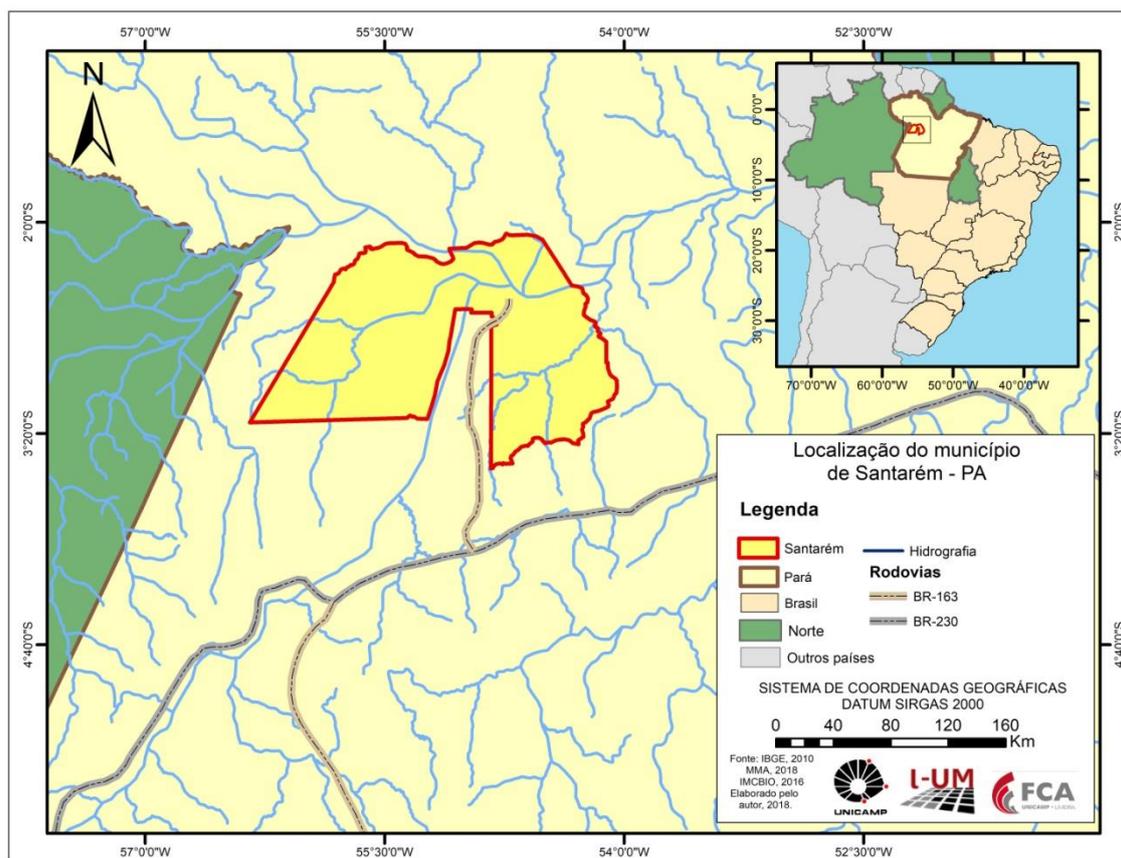


Figura 2 – Localização do município de Santarém-PA. Fonte: Elaborado pela Autora

O município tem 17.898,389 km² e população de 302.667 habitantes, densidade média de 12,87 hab/km² (IBGE CENSO 2010), o tornando o 3º município mais populoso do Pará.

Santarém localiza-se na microrregião do Médio Amazonas, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, localizando-se exatamente no encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós. Tem uma distância de 1.500 Km da capital, Belém. A cidade possui um porto capaz de abrigar navios de grande calado; o aeroporto tem linhas para todo o Brasil. É ligação pela rodovia Transamazônica, através da Rodovia Santarém-Cuiabá, conforme foi observado na figura (2) acima.

Santarém se destaca no contexto regional. Segundo Oliveira (2008, p. 4) percebe-se que a cidade de Santarém ocupa um lugar de destaque devido a sua posição geográfica estratégica, concentrando uma série de atividades e funções, desenvolvendo serviços e estruturas de acesso, de locomoção, de interação com um processo mais externo.

Diante da inevitável explosão do crescimento urbano a cidade de Santarém está inserida em um ambiente amazônico peculiar, às margens do rio Tapajós e Amazonas e

com conclusão da pavimentação da BR 163 (Santarém-Cuiabá), utilizada para o escoamento de produtos, principalmente da produção de soja, entre outros produtos do centro-oeste do país, através do porto de exportação de grãos da Indústria de alimentos CARGILL (ABREU, 2015).

A expansão portuária e as ações visando o asfaltamento do principal eixo rodoviário da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém) representam um importante marco no processo de desenvolvimento urbano da região nos anos 2000 (INEA 2014, p.38).

Nas últimas décadas, no contexto da expansão econômica motivada pela produção e o escoamento da soja, Santarém passou por um processo de urbanização para além da sua sede municipal, o qual pode ser notado pela sequência de emancipações municipais de centros urbanos originalmente no município de STM.

Para que fique esclarecido o início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930, mas foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente, principalmente entre os anos de 1990 a 2000. A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a serem considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. Desde 1985, a intensa criação e instalação de municípios no Brasil têm sido parte de um processo mais geral de descentralização (MAGALHÃES, 2007).

Santarém passa por esse processo de emancipação com um processo de desmembramento de municípios entre 1991 e 2000, como Placas, Belterra e Mojuí, que foram emancipados de Santarém em 1993, 1997 e 2010, respectivamente, como pode ser visto na figura (3) abaixo, motivada pelas transformações desencadeadas pela implantação da BR 163 e pela Hidrelétrica Curuá-Una (Gomes et al., 2017).

Figura 3 – Emancipações Municipais

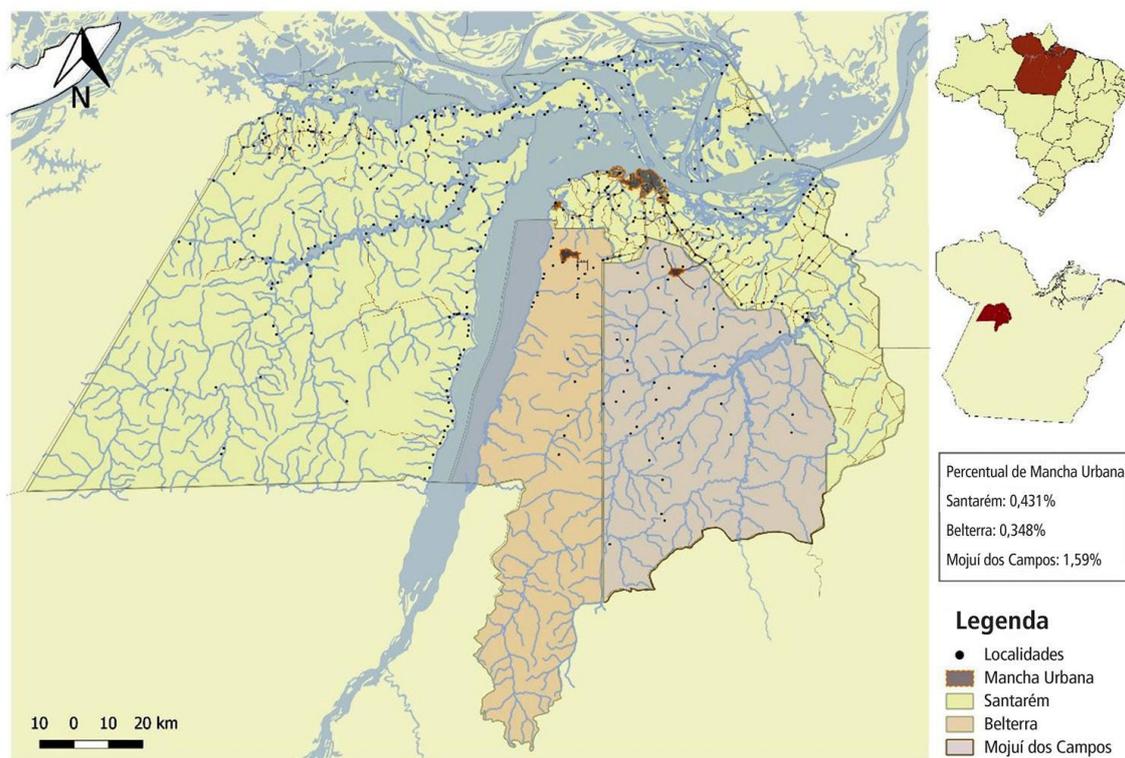


Figura 3 – Localização de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Fonte: Gomes et al. (2017, p. 903).

Para Magalhães (2007), as justificativas de emancipação estão relacionadas ao descaso por parte da administração do município de origem; a existência de forte atividade econômica local; a grande extensão territorial do município de origem e o aumento da população local.

Ao olhas Santarém, trata-se, em linhas gerais, de um contexto agroindustrial e urbano, sendo economicamente dinâmico e ambientalmente muito relevante, pois neste contexto também se encontram as áreas protegidas, locais que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a conservação e nele, compõem-se as condições e os grupos sociais que, nessa dissertação, me aproprio para a reflexão sobre as sobreposições em áreas protegidas.

1.1.1. Sobre a ocupação de Santarém

Aspectos históricos sobre a ocupação de Santarém são relevantes para o entendimento das populações residentes na área de estudo, sobretudo em relação às áreas protegidas – unidades centrais para a análise da dissertação. A seguir observa-se uma descrição geral sem a pretensão de uma revisão histórica profunda, mas com o propósito de destacar condições que envolvem grupos ou populações importantes para a reflexão sobre as sobreposições em áreas protegidas – assim como para justificar, sob uma perspectiva ‘legal’ a definição de áreas protegidas na região.

Segundo Lombardi e D’Antona (2015) a ocupação colonial da região norte do Brasil pelos portugueses se deu com o objetivo de explorar sua biodiversidade local, bem como em outras localidades do Brasil. As expedições dos conquistadores portugueses no século XVII trouxeram as missões religiosas e os colonizadores para a Amazônia. A mão de obra indígena foi primordial, pois os índios tupaius, além de exímios caçadores e pescadores, eram excelentes coletores das drogas do sertão (IBGE, 2019).

No século XVII, a região é colonizada pelos portugueses, processo intensificado no período pombalino, momento em que a força de trabalho escravo de origem africana começou a ser ali inserida em maiores proporções (LAURINDO, 2005).

Santarém nasce nos primeiros momentos da colonização portuguesa e a data de fundação da vila que lhe dá origem é de 1661 (TOLEDO, 2011; VICENTINI, 2004; WINKLERPRINS, 2006).

A localização da vila virá a ser motivada pela sua posição geográfica e também por aspectos políticos, como a proximidade a nações indígenas aliadas que viriam a ser ‘civilizadas’ como “mão-de-obra” (LOMBARDI; DANTONA, 2015, p.07).

O nome Santarém, por exemplo, advém de uma prática, que era a de nomear as áreas ‘conquistadas’ em referência homenageando os colonizadores portugueses, nomeando as novas áreas com nomes de cidades e lugares de Portugal. É assim que foi atribuído em 1758 à Vila dos Tapajós, o nome de Santarém, cidade do norte português (LOMBARDI; DANTONA, 2015, p.08).

O estabelecimento de uma vila naquela localidade era parte da estratégia de conquista territorial portuguesa que se organizava a partir de duas frentes: a presença e a dominação. Ambas se davam de forma real e simbólica, se expressavam na tentativa imediata de conversão dos grupos indígenas e no estabelecimento de marcadores da posse

portuguesa (LOMBARDI, DANTONA, 2015). Segundo Lombardi e D'Antona (2015, p. 08):

Contudo, um aspecto importante da fundação de Santarém é sua função estratégica para promover uma vigilância e controle sobre tudo e todos que viessem do litoral para o interior ou viceversa. Adicionalmente estabelecer-se à margem do rio, enquanto uma vila, ou seja, enquanto um grupo mais adensado de pessoas faria com que fosse possível avistá-la do rio, e sua vista e seu nome ecoariam a posse portuguesa daquele espaço.

Nesse sentido a fundação como parte do processo de conquista e expansão territorial evidenciam que Santarém e sua história expressam um papel político-econômico importante regionalmente. A história de Santarém remonta a um grande processo de imigrações que deixou diversas heranças culturais que, unidas, formam a identidade do município e do povo santareno.

No século XIX, sua localização se tornou estratégica, pois próxima da fronteira com a Província do Amazonas (criada em 1850) e pela importância do Rio Tapajós como via de conexão com a Província do Mato Grosso (via que já existia desde o período colonial) (LAURINDO, 2005). Segundo Laurindo (2005, p. 12) “A maioria dos africanos traficados era do sudoeste e centro da África; no século XIX, predominaram plantéis de poucos escravos”.

Santarém era um dos municípios mais populosos e importantes geográfica e economicamente no século XIX. Santarém, principal centro urbano e comercial do Baixo Amazonas, caracterizado pelo cultivo diversos gêneros agrícolas, com destaque para o cacau (que também era coletado na floresta) (LAURINDO, 2005, p.13).

Diante destes aspectos, segundo Cavalcante (2013, p.1) essa região era majoritariamente ocupada por grupos tradicionais, mostrando que “a Amazônia foi colocada como parte de um processo de modernização e ocupação territorial em que possuía mais de 90% de suas terras originais, inexploradas em grande escala, e habitada majoritariamente por indígenas, quilombolas e ribeirinhos”.

A partir dos anos 1900 e 2000 a região do Baixo Tapajós, aderi ao processo de formalização de demandas em defesa de diferentes projetos de titulação coletiva da terra. A partir da formação destes arranjos como a Reserva Extrativista, Terras Indígenas e Assentamentos Agroextrativistas. O processo de consolidação desses direitos se dá a partir do reconhecimento oficial da população ali presente, como, por exemplo, povos indígenas ou como populações tradicionais (ALMEIDA; CARNEIRO DA CUNHA 2000).

No início do século XX, o ciclo da borracha trouxe mudanças mais significativas para Belém e Manaus. Algumas décadas depois, com a decadência da borracha, as cidades médias conseguiram superar tal situação com a introdução da juta trazida por japoneses, por volta do início da década de 1930.

Em Santarém-PA, o espaço regional se consolida na participação do processo geral de transformação territorial do Brasil e, especificamente, às mudanças ocorridas no uso da terra, no qual a expansão/intensificação da agropecuária acaba determinando, em grande parte, a dinâmica econômica e demográfica desta imensa região.

Por conta da expansão da agropecuária houve um deslocamento migratório para a região de Santarém-PA. Primordialmente de migrantes com origem em estados de outras regiões, principalmente nordestinos, gaúchos e mineiros (COELHO et al., 2005). Este fluxo foram intencionalmente reflexo de uma política de ocupação da região, objetivando a ocupação de áreas teoricamente desabitadas (CORTES, 2012).

No território brasileiro, a produção da soja teve um maior crescimento na década de 1970, nos estados da região Sul, em face do domínio morfoclimático propício à implantação dessa monocultura. Nas décadas seguintes em virtude de melhoramentos genéticos e tecnológicos propiciando a expansão da soja no cerrado e atualmente nas áreas do ecossistema amazônico onde os grandes protagonistas da marcha da soja no Brasil são os produtores sulistas, genericamente denominados “gaúchos”. Segundo Dickel et al (2005, p. 6) sobre esse período:

Os espaços “gaúchos” no “Novo” Nordeste formam um ramo de uma grande diáspora na qual iniciou com imigrantes vindo da Europa para a região Sul brasileira no século XIX. Houve uma expansão para áreas de matas no oeste de Santa Catarina e Paraná (década de 30 e 40), Mato Grosso do Sul (década de 50 e 60) e Amazônia (década de 70). A expansão foi baseada no modo capitalista. Assim, houve um fechamento na fronteira de ocupação pelos latifúndios nas terras do Sul o qual haviam concentrado. A divisão em excesso dos minifúndios das áreas de colonização ítalo-germânica. Na questão cultural, houve uma espécie de mito de valente e de uma superioridade que foi transmitida pelos descendentes de imigrantes, sempre em busca de “novas fronteiras para colonizar”.

Um dos grandes projetos implantados foi a BR-163, ligando Cuiabá (MT) a Santarém (PA), objetivando a ligação da Amazônia ao Centro-Sul do país, constituindo-se assim, em uma nova rota de escoamento da produção regional propiciando maior lucratividade, uma vez que a integração desta rodovia ao transporte fluvial existente no Pará (TEIXEIRA et al., 2012). Segundo Homma (2003, p. 161) a Rodovia Cuiabá-Santarém é o eixo de escoamento para a soja produzida no Estado de Mato Grosso e exportado no Porto de Santarém. Homma (2003, p. 153) argumenta que:

Início do Projeto Integração, Desenvolvimento e Colonização S.A. – Indeco – , de 400 mil hectares, pelo empresário Ariosto de Riva, que deu origem ao aparecimento da cidade de Alta Floresta, em Mato Grosso. No final de 1973, a Rodovia Cuiabá–Santarém atingiu o Km 642 e, a partir desse ponto, a Indeco iniciou a construção dos 150 km que levam atualmente até a Alta Floresta.

No período de 1970 houve também projetos de colonização na porção da rodovia Santarém Curuá-Una (PA 370). Segundo Guedes (2018), foram anteriores ao processo de federalização das terras, que se foi destinado lotes de terras a trabalhadores rurais oriundos de vários Estados da região Nordeste do Brasil e também do Pará, que passaram a residir nas proximidades do Rio Curuá-Una ao longo da rodovia PA-370, constituindo o que ficou conhecido como Colônia Modelo de Santarém I e Colônia Modelo de Santarém II. Sendo essencial a existência de colonos no processo da construção da fronteira agrícola e da expansão da fronteira de acordo com as rodovias para a facilidade do escoamento, estes colonos que ainda hoje participam da agricultura familiar na região.

De acordo com Batista et al (2011), durante a década de 1990, a agricultura brasileira foi impulsionada através do investimento em tecnologia, e a cultura da soja teve sua cadeia produtiva reestruturada, tornando-se ainda mais importante para o agronegócio brasileiro (CORTES, 2012).

A soja gerou emprego e renda no Brasil. No entanto, o número de empregos é diminuto se comparado com outros setores da economia brasileira, e como característica histórica da formação territorial do Brasil, a renda gerada pela soja fica concentrada nas mãos de poucos brasileiros. Além desses problemas, podemos citar a concentração de terras, o enfraquecimento da agricultura familiar e conseqüentemente o êxodo rural e o aumento da pressão social sobre a cidade.

Sobre a questão da agricultura familiar neste período e atualmente observa-se a citação de Texeira et al (2012, p.10):

O Estado considera a agricultura familiar de grande extensão como um alicerce para o agronegócio brasileiro, que ajuda a promover um saldo comercial positivo na balança comercial. Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o Estado incentiva o crescimento da agricultura nacional, para melhor competitividade a nível mundial, com insumos aos pequenos e grandes produtores.

Noronha e Schelesinger (2006) analisam a violação aos direitos humanos e alguns aspectos políticos que podem ser interpretados a partir da expansão da fronteira da soja no Brasil. Segundo Noronha e Schelesinger (2006, p. 8):

A expansão da soja é responsável por uma série de violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos de lideranças rurais, expulsão de agricultores

familiares, desaparecimento de comunidades rurais, desmatamento, contaminação das águas, dentre outros.

Santarém por ser um município antigo apresenta um conjunto de elementos maior e diverso do que a grande maioria dos municípios afetados pelo modelo de fronteira agrícola. No início da fronteira já tinha um elevado grau de urbanização e uma sociedade urbana, consolidada principalmente na época da borracha. Nesse período inicial, a taxa de crescimento da população urbana foi muito superior ao crescimento rural, mesmo com a chegada de imigrantes, mostrando a importância regional de Santarém como centro urbano.

As vantagens econômicas incentivaram a expansão da fronteira da soja na Amazônia criando uma nova dinâmica territorial através da apropriação privada de áreas de chapadas, campos abertos e de matas, inserindo a região às redes de modernização agrícolas globalmente conectadas, vinculadas às práticas das corporações do agronegócio.

A partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, a região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, mais precisamente os municípios de Santarém e Belterra, iniciou um novo processo de ocupação do espaço baseado na agricultura mecanizada para a produção de grãos.

De acordo com o exposto percebe-se que atualmente, a exemplo do Porto da Embraps, existe uma comoção de embate entre produtores de soja e comunidades de Santarém (PA), porque a soja faz com que indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares percam cada vez mais acesso aos recursos disponíveis na localidade. Segundo Cortes (2012, p. 6):

No final de 1990 intensifica-se a produção de soja, impulsionada pelas obras de construção do porto de exportação da multinacional Cargill. O escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro foi o propósito central do porto, mas acabou por incentivar o plantio na região. A mudança na estrutura produtiva com a chegada dos agricultores capitalizados e expansão da monocultura afetaram o mercado fundiário, a dinâmica da população rural, a urbanização e a cobertura florestal do município.

D'Antona et al. (2011) argumenta que a partir de dados do município de Santarém, no Pará, apresenta-se a polarização da estrutura fundiária como uma expressão mais completa das dinâmicas fundiárias e das mudanças nos usos e coberturas da terra. Ao evidenciar que o aumento no número absoluto de grandes estabelecimentos agropecuários (e da área total ocupada por eles) é acompanhado pelo aumento no número absoluto de pequenos estabelecimentos (e da área total ocupada por eles) e pela diminuição do número

e da área total dos estabelecimentos com tamanho intermediário, a perspectiva da polarização da estrutura fundiária pode expressar de forma mais completa a reconfiguração do meio rural na Amazônia.

O ‘cenário’ de Santarém inclui populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, colonos, pecuaristas, produção familiar e capitalizada, investimentos em infraestrutura (estradas e portos, nos 1970 e mais contemporaneamente) que expressam visões e políticas de desenvolvimento que geram lucros, conflitos e novas formas de reconhecimento territorial para a região.

Nessas formas de reconhecimento das denominadas terras tradicionalmente ocupadas, o uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens aparecem combinado, tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária, envolvendo diferentes atividades produtivas exercidas por unidades familiares de trabalho, como o extrativismo, a agricultura, a pesca, o artesanato, a pecuária (COSTA, 2014).

De acordo com Almeida (1989) que inclui em suas pesquisas as chamadas “terras de preto”, “terras de santo” e as “terras de índio”, pois apresenta também as formas de reconhecimento das diversas modalidades de apropriação das denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, que podemos interpretar como as Áreas Protegidas, representando diversas figuras jurídico-formais, contemplando a propriedade coletiva (correspondendo, por exemplo, aos quilombolas), a posse permanente (correspondendo, por exemplo, aos povos indígenas), o uso comum temporário, o “uso coletivo”, o uso comum e aberto dos recursos hídricos e outras concessões de uso e as sobreposições de territórios tradicionais com unidades de preservação ambiental (quilombolas, indígenas e outros) (ALMEIDA, 2006, p. 60-61; COSTA, 2014).

Diante deste aspecto percebe-se o município de Santarém abrigando um total ou parcialmente de Unidade de Conservação Federal (UCF), Terra Indígena (TI), Quilombos e 24 Projetos de Assentamentos. A área restante é coberta por imóveis rurais (propriedades rurais e posses) cobrindo uma área de 6.545 quilômetros quadrados, que equivale a 71% da área cadastrável (9.197 quilômetros quadrados) (IMAZON, 2016).

Na região de Santarém, a dinâmica de ocupação e uso do solo tem sofrido uma alteração bastante significativa e muitas discussões foram levantadas ao longo dos anos. Vários estudos evidenciam que a modificação na cobertura florestal, que vem ocorrendo em décadas, promove influências negativas sobre a sustentabilidade das florestas e da

mesma forma pode alterar a distribuição da matéria orgânica em rios (RICHEY et al., 1997).

No período de 2000 a 2013, 627 quilômetros quadrados de áreas desmatadas foram mapeadas em Santarém (IMAZON, 2016)

A análise das interações entre os processos de desmatamento, ocupação agropecuária, urbanização e industrialização constitui a base do modelo de Reis (1996), segundo esse modelo, as causas principais da ocupação econômica da Amazônia Legal são a expansão da malha rodoviária e o crescimento populacional, sendo a atividade agropecuária a principal causa imediata do processo de desmatamento, tendo o setor madeireiro papel secundário (RIVERO et al., 2009).

É importante destacar a relação do desmatamento com atividades econômicas, como a pecuária e soja e também com o processo de urbanização. O desmatamento na Amazônia brasileira tem como principais causas diretas a pecuária, a agricultura de larga escala e a agricultura de corte e queima (RIVERO et al., 2009).

Partindo desse ponto, Batistella e Brondízio (2001) declaram que poucas iniciativas políticas têm a relevância social, econômica e ambiental quanto os projetos de colonização rural na Amazônia (BRONDÍZIO et al., 2009; FARIAS et al., 2018).

As dinâmicas de uso-cobertura da terra, facilmente identificáveis aos recortes de um ambiente rural ou florestal, não podem ser vistos fora do contexto da urbanização na fronteira agrícola. As mudanças na forma de estruturação da cidade refletem o próprio contexto observado para as cidades na Amazônia. Amaral et al (2013, p. 372) considera que: “atualmente as áreas urbanas na Amazônia não se restringem apenas às cidades e vilas, englobam também outras formas socioespaciais, tais como projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, unidades de conservação e, até mesmo, sedes de fazendas”.

Ao pensar em Santarém-PA e seu processo urbano, usa-se Becker (1985) que identifica quatro movimentos predominantes quanto ao crescimento urbano, que auxilia a compreender este processo, como a intensa expansão consolidação de centros regionais, sub-regionais e locais de base de operações produtivas; a expansão-concentração nas capitais estaduais (crescem isoladamente ou aglomeração); reprodução de pequenos núcleos dispersos vinculados à mobilidade de trabalho; e a retração de núcleos antigos que ficaram à margem da nova circulação (CORTES, 2012).

A formação deste urbano em Santarém-PA, por exemplo, é conduzida pelo êxodo rural. O êxodo rural exerce papel fundamental no espraiamento do perímetro

urbano das cidades, e conseqüente aumento do grau de urbanização (MARTINE, 1992), sendo frequentemente associado com o surgimento de problemas urbanos, tais como formação de periferias, pobreza e violência (CORTES, 2012).

Nas cidades amazônicas, como o caso de Santarém evidencia, esse padrão de urbanização revela-se cada vez mais excludente, baseado em um discurso de cidade oficial que nunca existiu na região (GOMES et al., 2017). Essa cidade que se desmembrou por conta dos interesses políticos/econômicos ao longo dos anos.

As comunidades existentes na área de expansão de Santarém, que são detentoras dos seus meios de produção e cuja terra é objeto de gestão coletiva, destacam-se pelo compromisso de garantir a reprodução coletiva da vida, ao invés de maximizar a produção (GOMES et al., 2017).

As manifestações dos mesmos processos de periferização e exclusão em Santarém convivem com arranjos socioespaciais remanescentes de outros períodos, graças à força dos movimentos sociais rurais, apoiados por organizações não governamentais e por setores do governo federal comprometidos com a preservação ambiental – caso dos assentamentos agroextrativistas, reservas extrativistas e outras modalidades de assentamentos rurais implantados na região – que definem institucionalidades que garantiram a permanência de grupos originais em áreas periurbanas por décadas após a integração econômica e espacial da região, mas que agora são reclamadas pela especulação imobiliária (EMATER, 2011; FAMCEEFF, 2007; GOMES et al., 2017).

Ainda que a cidade de Santarém (a sede do município) tenha se expandido em direção à periferia, o processo de urbanização nas últimas décadas não se limitou a tal cidade. A concentração populacional em centros menores, vilas e povoados de Santarém, contribuíram para a formação de novos centros urbanos os quais, com o tempo, vieram a se tornar sedes de municípios emancipados de Santarém, que já foram delimitados anteriormente no texto, como os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos.

Após compreender o histórico de Santarém, a partir dos usos, dinâmicas, apropriação social e o tipo de relação a região possui, compreende-se um mosaico complexo que essa localidade traz. Torna-se relevante compreender os interesses que são observados em Santarém a partir destas dinâmicas. Para que essa discussão tenha um olhar mais integrado é necessário explorar o entendimento sobre as áreas protegidas e em seguida elaborar o mosaico de sobreposições em Santarém – PA, a partir das dimensões populacionais, sociais e políticos territoriais

1.2. TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A área de estudo foi apreciada em três distinções: Área de Unidades de Conservação, Área de Terras Indígenas e Área de Quilombos. Tais delimitações, identificadas a seguir com o processo histórico de Santarém-PA, definiram as abordagens para a localização de elementos que possam orientar para um processo de áreas de influência. Investigar no espaço, os territórios que estão sob disputa por lógicas de ocupação distintas, percebem-se nestas ocupações que estão inseridas as Unidades de Conservação (5), os Quilombos (12), as Terras Indígenas (11), o perímetro urbano, os assentamentos, os sítios arqueológicos entre outras.

Santarém concentra um importante conjunto de populações tradicionais. É sabido que essas populações convivem em territórios disputados por agropecuários e unidades de conservação, florescendo conflitos e disputas territoriais, evidenciando a complicada situação fundiária e demanda da terra na região (CORREA et al., 2014, p. 4). No entanto, quando pensamos no desenvolvimento econômico da Amazônia, essas disputas não representam um novo cenário de discussão, mas remetem aos padrões de desenvolvimento, já conhecidos, que foram marcantes no processo de desenvolvimento de pequenas cidades na Amazônia (INEA, 2016).

O município de Santarém exerce uma importância para a produção do espaço regional, constituídos pela sua própria formação histórica territorial. A reestruturação das cidades e os novos papéis a elas conferidos implicam na ruptura de antigos padrões de organização espacial na Amazônia (TRINDADE JR., 2011, p. 135). A ruptura desses padrões, em muitos casos, é acompanhada por uma série de discussões e conflitos que envolvem diferentes atores e entidades sociais, em defesa de valores e direitos entendidos como necessário às populações locais (INEA, 2016).

A Tabela (3) abaixo oferece uma compreensão do processo de construção do mosaico de Santarém-PA, em que quantifica as áreas protegidas na cidade por Km², percebe-se de maneira quase que total que o predomínio é de Unidades de Conservação Federal e Terras Indígenas, porém sabe-se que existem diversos outros tipos áreas de preservação que também se encontram na região.

Quadro 1 – Áreas Protegidas (Km²) em Santarém – PA

MUNICÍPIOS	ÁREA TERRITORIAL OFICIAL	ÁREAS PROTEGIDAS (Km ²)					
		UCUS FEDERAL	UCPI FEDERAL	UCUS ESTADUAL	UCPI ESTADUAL	TERRA INDÍGENA	TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS
Pará	1.247.955	128.200	73.163	146.445	54.752	284.114	686.673
Santarém	22.887	4.606	-	-	-	424	5.030

Quadro 1 – Áreas Protegidas (Km²) em Santarém – PA. Fonte: Fepasa

O Quadro (1) é um recorte das áreas protegidas do estado do Pará, em que apresenta dados sobre os Km² das áreas protegidas, observa-se os dados quantitativos, obtendo a informação de que se tem a predominância no território de Unidades de Conservação Federal e Terras indígenas.

As áreas protegidas se mostram como instrumento eficaz a manter e proteger a biodiversidade no mundo ocidental, considerando a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, pois o uso da terra é imprescindível à manutenção da espécie (BENSUSAN, 2004, p. 67). Portanto, “Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza” (DIEGUES, 2001, p. 11). Segundo Rodrigues, (2005, p. 23.):

As áreas protegidas são parte fundamental de qualquer sistema de conservação de biodiversidade. Áreas essas entendidas como espaços onde há a normatização do uso da terra e dos recursos naturais e uma gestão visando à manutenção dos processos que asseguram a presença da biodiversidade. Esses espaços devem estar conectados por áreas que permitam o fluxo gênico das espécies que se quer conservar, diminuindo assim os danos da fragmentação dos habitats e garantindo a manutenção dos processos que asseguram a presença da biodiversidade.

Segundo a Lei 9.985 de 2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma unidade de conservação (UC) é caracterizada como um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p).

Segundo Madeira et al (2018) a história das unidades de conservação (UC) no Brasil é marcada pela alternância de períodos mais e menos favoráveis à sua

implementação (RAMOS, 2014; MADEIRA et al., 2015) bem como pela existência de significativo passivo de consolidação territorial das UC, incluindo aí pendências de regularização fundiária e ausência de encaminhamentos concretos para os conflitos decorrentes da presença de populações humanas nas UC, quando em desacordo com as suas categorias de manejo ou seus instrumentos de gestão. (VIANA, 2008; BARRETO FILHO, 2014).

Muitos são os desafios que se apresentam para o Brasil em termos amazônicos. As Unidades de Conservação (UC), por exemplo, constituem-se em um importante instrumento para a conservação de recursos naturais da floresta e também dá população que ali reside. A criação e a manutenção de Áreas Protegidas – Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas (TIs) – é uma das estratégias mais eficazes para a conservação dos recursos naturais na Amazônia (VERRISSIMO, et al., 2011)

Nos últimos anos, ocorreram avanços nesse quesito e têm sido alcançados a criação e aparelhamento de Unidades de Conservação na floresta amazônica e em subprogramas de manejo sustentado de recursos naturais (BRASIL, 1998).

A partir de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) incluiu neste conceito as TIs e os Territórios Quilombolas (Decreto n.º 5.758/2006), pois ambos também abrangem “áreas naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (PNAP, 2006). Além de serem essenciais para a sobrevivência e a manutenção da cultura das populações indígenas e quilombolas, essas áreas ainda contribuem para a conservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade (VERRISSIMO, et al., 2011)

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos. Sua transposição para os países subdesenvolvidos mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, as quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas em unidade de conservação para benefício das populações urbanas (ARRUDA, 1999).

Uma das primeiras premissas de uma Área Protegida (AP) é de que será instituída uma gestão de uso do solo específica para aquele espaço. Assim, enquanto espaços que regulam e normatizam as formas de uso e ocupação do solo (FREIXO et al., 2016).

O resultado é um complexo contexto socioambiental. Consequentemente as dimensões ambientais consistem um mosaico com as dimensões populacionais, sociais e políticos territoriais de acordo com a sobreposição e interdependência de fatores ambientais e socioculturais, a sustentabilidade da exploração de um recurso não pode ser abordada somente em termos ecológicos (RICARDO, 2004).

No Brasil, há inúmeros casos de sobreposição entre Unidades de Conservação e terras indígenas. Só na Amazônia Legal são 45 casos: 30 entre unidades federais e terras indígenas, totalizando 11.502.151 hectares sobrepostos, e 15 entre unidades estaduais e terras indígenas, resultando em 1.749.365 hectares sobrepostos, segundo dados do ISA. (BENSUSAN; GONÇALVES, 2000).

Diante do exposto se faz necessário compreender profundamente os três tipos predominantes de áreas protegidas em Santarém-PA e suas características relevantes, destaca-se a existência de diversos tipos de territórios ocupados, mas nas próximas páginas se faz o conhecimento mais profundo das terras indígenas, quilombos e unidades de conservação pertencentes a Santarém. Podendo assim aprofundar no tema e criar um arcabouço completo/complexo para a discussão da sobreposição em áreas protegidas e a relação dessas áreas com outros territórios ocupados e os conflitos gerados, analisando esse processo a partir de uma perspectiva interdisciplinar das dinâmicas que ali ocorrem.

1.2.1. Terras Indígenas

“Terra indígena” (TI) em princípio, é um conceito jurídico brasileiro que tem sua origem na definição de direitos territoriais indígenas. Tais direitos foram reconhecidos ao longo da história pelo Estado brasileiro por meio de diversos dispositivos legais (CARNEIRO DA CUNHA, 1987; CARNEIRO DA CUNHA, 1993; CAVALCANTE, 2016).

O artigo 19 da Lei 6.001/1973 instituiu a figura da demarcação administrativa das terras indígenas. Segundo tal dispositivo,

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.
§1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória (BRASIL, 1973).

Segundo o parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988,

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

As TI's possuem cerca de 200 indígenas de 13 povos do Baixo Tapajós. Segundo o IBGE (2010), Santarém tem cerca de 2627 indígenas, distribuídos entre 631 indígenas na área rural e 1996 no perímetro urbano. Identificando um total de 12 comunidades indígenas na região (INEA, 2016). Podemos observar essa distribuição no Quadro (2) abaixo:

Quadro 2 – Terras Indígenas no Município de Santarém

ÁREA INDÍGENA	ETNIAS	SITUAÇÃO	ETAPA	UF	MUNICÍPIOS
Aminã	Tupaiu	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Aningalzinho	Tupaiu	Em estudo	Estudos complementares	PA	Santarém
Baixo Tapajós	Munduruku, Tupinambá, Cara Preta	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Baixo Tapajós/ Arapiuns	Munduruku e Arapiun	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Borari de alter no chão	Borari	Em estudo	Estudos complementares	PA	Santarém
Cobra Grande	Arupin	Declarada	Análise de delimitação	PA	Santarém
Marituba	Munduruku	Em estudo	Análise de delimitação	PA	Santarém/Belterra
Mirixipi	Arapiun	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Muratuba do Pará	Tubinambá e Cara preta	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Nova Vista	Arapiun	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém
Maró	Arapiun	Declarada	Estudos complementares	PA	Santarém
São João	Arapiun	Em estudo	Planejamento	PA	Santarém

Quadro 2 – Terras Indígenas no Município de Santarém. Fonte: Inea (2016).

Destacam-se alguns casos que envolvem as terras indígenas situadas em Santarém. Os dados são referentes às populações autodeclaradas indígenas e nos remete a estudos mais aprofundados sobre até que ponto essas populações podem de fato ter seus territórios afetados por interesses econômicos e políticos. Deve-se assegurar que tais

populações tenham um processo participativo nas políticas públicas e tomada de decisões, devendo haver um interesse por parte destas populações em contribuir com o que pode vir a ser desenvolvido.

A existência de um processo de ocupação da sede o ICMBio em Santarém, para que ocorra diversas reivindicações das comunidades indígenas, principalmente em protesto a um projeto de comercialização de créditos de carbono florestal na Resex Tapajós-Arapiuns, promovido por uma articulação formada por ICMBio, FUNBIO, Biofílica e financiamento da ICCO Cooperation. É importante tratar esse caso, pois evidencia o processo de demarcação de terras indígenas dentro da floresta nacional do Tapajós. Segundo ICMBio (2015, p. 02):

Uma das pautas que a gente tem com essa ocupação é repudiar o projeto de crédito de carbono e o projeto de manejo florestal dentro do Arapiuns tanto na Resex quanto na Flona [Floresta Nacional do Tapajós] e pedir que o ICMBIO mostre para a gente que não há nenhuma contestação [à demarcação] dentro da terra indígena Bragança, Taquara e Marituba.

Outro caso é o da Terra Indígena Baú, se torna relevante, pois perdeu mais de 300 mil hectares em 2003, após mais de uma década de conflitos entre índios Kayapó, posseiros, madeireiros, mineradores e políticos da região. Declarada de posse indígena com 1,85 milhão de hectares em 1991, a TI teve sua demarcação física impedida diversas vezes por protestos e ameaças a indígenas e a técnicos da Funai. Em 2003, a retomada da demarcação física da TI intensificou os conflitos, e um termo de conciliação e ajustamento de conduta foi firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) de Santarém (PA), a Funai, a Polícia Federal, a Prefeitura de Novo Progresso (PA), lideranças indígenas Kayapó, associações de fazendeiros, posseiros e mineradores, com o propósito de pacificação (IMAZON, 2015).

Outra condicionante que ocasiona preocupação, além dos conflitos citados, são projetos de leis que veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Não porque se queira ampliar incessantemente a área das terras indígenas, mas porque há casos em que a demarcação foi realizada sem a devida aplicação dos critérios previstos no artigo 231 da Constituição Federal, ficando assim as comunidades indígenas em prejuízo que mais uma vez decorre da atuação estatal (CAVALCANTE, 2013).

Atualmente, as discussões entorno das TI's mostram o grande desafio do movimento indígena e de seus apoiadores a manter uma mobilização capaz de impedir retrocessos e mais ainda de assegurar o cumprimento integral da Constituição Federal de 1988, pelo histórico que temos, não se dará por grande importância dos poderes estatais.

1.2.2. Quilombos

Os quilombos a serem sido constituídos antes ou após a abolição formal da escravidão, ou há algumas décadas, conformam espaços de liberdade, territórios que não se coadunam com relações de subordinação.

O Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 2º, estabelece:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

As “comunidades remanescentes de quilombos” são, portanto, grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; sua identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política (COSTA, 2014).

De acordo com o INCRA, definem-se como comunidades quilombolas os grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Portanto, é a própria comunidade que se reconhece como “remanescente de quilombo” (INCRA, 2018).

A formação dos quilombos no Baixo Amazonas região Oeste do Pará, ocorreu durante o século XIX (INEA, 2016). O movimento quilombola em Santarém traz uma busca pela “origem” das comunidades, na qual a ideia de origem passa a significar mais as relações sociais e a reação aos conflitos por eles vivenciados, do que propriamente a ideia de resquícios de um quilombo enquanto conglomerado de negros fugidos do sistema escravocrata (VIEIRA, 2010).

De acordo com dados do Incra, até a portaria nº- 84, de 8 de junho de 2015, existiam 11 certidões expedidas para comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) em Santarém: Arapemã, Bom Jardim, MuruMuru, Murumurutuba, Ituqui (Nova Vista do Ituquí, São José do Ituquí e São Raimundo do Ituquí), Pérola do Maicá, Saracura e Tiningú. Totalizando 11 quilombos remanescentes em Santarém-PA e no entorno.

Nas comunidades na região de Santarém, seus moradores buscam se manter a partir de modos de vida e produção tradicionais (a pesca, a farinha), conforme os ritmos sazonais (do verão e do inverno), mas buscando novas formas de organização e de valorização de sua identidade (INEA, 2016). Destacando um caso que remontam as complexas ocupações agrárias, a criação de territórios e o uso e manejo coletivo da terra, que são vistas a partir dos interesses que se sobrepõem aos políticos. Segundo Inea (2016, p. 248):

A 47 Km da área urbana de Santarém, está Tiningú, comunidade Remanescente de Quilombo também está situada na área do planalto santareno, às margens do rio Maicá. Possui 84 famílias; uma população de 351 quilombolas sendo composta por 185 homens e 166 mulheres, que são representados pela Associação de Remanescentes de Quilombo de Tiningú, fundada em 12 de Julho de 2003.

O caso da comunidade Tiningu, localizada na região da PA-370 em Santarém, no oeste do Pará, foi declarada e reconhecida com terra de remanescentes de quilombolas, a portaria foi assinada pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (Incrá), em 2018. O território foi reduzido de 4.271 hectares para 3.857 hectares, conforme previsto no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Incra. O documento tem por objetivo identificar o território quilombola, bem como a situação fundiária da terra reivindicada pelos remanescentes das comunidades de quilombos. A revisão do perímetro se dá em atendimento à reivindicação do movimento indígena, de tal modo que não haja sobreposição de áreas pretendidas pela comunidade Tiningu e pelos povos Munduruku e Apiaká das aldeias Açaizal, São Francisco da Cavada e Ipaupixuna (INCRA, 2016).

A comunidade permanece na região, mas com uma delimitação do território, o quilombo tem grande parte da sua produção para consumo interno e o excedente é comercializado em comunidades próximas.

Um impasse desta situação foi à questão do Sindicato Rural de Santarém (Sirsan) especulando que com o reconhecimento das terras, os produtores que têm propriedades na comunidade e proximidades podem ter impactos na produção de frutas e criação de gado de pequeno porte. A área é uma fronteira agrícola e esse processo pelo qual passa demonstra um processo de insegurança, sendo visível onde à questão fundiária tem papel marcante na área e na Amazônia como um todo se tornando um ator social importante para o caso de Santarém-PA (DIÁRIO DA UNIÃO, 2018)

Esses grupos de interesses sociais atuam dentro do campo da política. Este campo pode ser definido como o espaço de disputas por poderes, seja eles poderes materiais, sejam eles poderes simbólicos, realizando uma espécie de intercâmbio entre os diferentes campos da vida social no espaço em que estão inseridos.

Vieira (2006) ao discorrer sobre a realidade das populações quilombolas no município de Santarém considera que as populações tradicionais, mesmo na contramão do estabelecido nas diretrizes e no zoneamento para a cidade de Santarém que foram oficializados no Plano Diretor, tais grupos recriam entre o espaço urbano-rural da cidade um modo de viver próprio que vem sendo acionado como elemento integrante da identidade dos grupos tradicionais. Ao analisarem os quintais urbanos de Santarém como um caminho na transição da vida rural para a urbana dos novos imigrantes na cidade, Winklerprins e Souza (2005) mostra a inter-relação de rural e urbano (INEA, 2016).

Em termos empírico-operacionais, segundo Arruti (2006, p. 96), a definição de Quilombo generaliza suas características, definindo descritivamente seu caráter normativo: ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum, apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação de recursos, presença de conflitos e antagonismos vividos pelo grupo e, finalmente, mas não exclusivamente, uma mobilização política definida em termos de auto-identificação quilombola.

As redes de relações expressam uma conexão entre a vida no rural e a vida no município que nem sempre é observada na implementação de políticas ou mesmo por muitas organizações ao levantarem a bandeira de luta em defesa das populações locais, em relação ao uso de seus territórios.

É importante, que se afirme que o critério fundamental para dizer se uma comunidade é ou não protegida por ela é a consciência de sua identidade. Isso quer dizer que são os próprios membros da comunidade que podem dizer se são ou não quilombolas, se são ou não povos tradicionais. Ficando resguardadas, portanto, a sua autorepresentação e autodeterminação.

1.2.3. Unidades de Conservação

As unidades de conservação (UCs) são um tipo especial de área protegida, ou seja, espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A partir do fim da segunda metade do século XIX, a criação de UCs firmou-se, no mundo e no Brasil, como a principal e mais amplamente disseminada estratégia de proteção da natureza (DORST, 1973; NASH, 1982).

As Unidades de Conservação – UC, derivam de ato constitutivo pela administração, sendo uma criação direta do ato administrativo que executa uma orientação legal. A preocupação pela preservação da diversidade biológica em que pese já estar reconhecida em legislações anteriores, teve o seu primeiro aprofundamento na pela Lei 4.771, de 15.09.1965 no Código Florestal Brasileiro, que regulou a possibilidade de se criar parques nacionais, reservas biológicas e florestas nacionais, estaduais e municipais, reorganizados pela Lei 9.985/2000, a Lei do Sistema Único das Unidades de Conservação – SNUC (PIAZZAROLLI, 2007). Segundo PIAZZAROLI (2007, p. 64):

(...) a criação das Unidades de Conservação em áreas onde se encontram populações tradicionais ou indígenas já instaladas, em desrespeito a tal situação, foi recorrente no decorrer da história recente deste país. A criação destes espaços sempre se deu de forma autoritária, desconsiderando a opinião das populações afetadas e dos grupos interessados. A falta de espaços públicos de participação e a insuficiente disponibilização de informação ocasionou essas irregularidades, que precisam ser enfrentadas sem mais delongas pelo Poder Público, sob pena de não se atingir os objetivos da conservação dos ecossistemas, e de se prejudicar a auto-sustentação dos grupos tradicionalmente dependentes dos recursos naturais dos locais onde vivem, para sua sobrevivência física, psíquica e cultural.

As Unidades de Conservação visam garantir a preservação do ecossistema tendo como uma das perspectivas a realização de pesquisas científicas, preservação do patrimônio natural, mas com possibilidades variadas de uso e contemplação em busca da integração do homem com o meio ambiente. A manutenção dos ecossistemas é fundamental frente ao processo de aquecimento global, porque tem importante interesse ecológico, ameaçado pela degradação (MMA, 2012).

O Estado do Pará tem 58% do seu território coberto por áreas protegidas na forma de UC federais, estaduais e municipais, Terras Indígenas e Quilombolas, que compõem, muitas vezes, os chamados mosaicos (SEMA/PA, 2009).

No Pará existem 76 Unidades de Conservação, sendo que 17 são formadas pelo grupo de unidades de proteção integral e 59 pelo grupo de unidades de uso sustentável. Em Santarém existem cinco Unidades de Conservação, sendo 2 sob jurisdição federal (Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e Floresta Nacional do Tapajós), e 3 sob jurisdição municipal (APA Alter-do-Chão, APA Saubal e APA Maicá), todas na categoria de Usos Sustentável (INEA, 2016).

A região de Santarém tem como Unidade de Conservação principal a Floresta Nacional Tapajós (FLONA), a partir desta informação constrói-se um apanhado de dados que nos mostram como estão sendo manejadas as Unidades de Conservação.

Na Flona é encontrada a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, uma unidade de conservação composta atualmente por 75 comunidades, com extensão de 647.610 hectares. A Tapajoara tem 75 comunidades, sendo 26 comunidades indígenas. É um desafio muito grande, pois esta é a área mais distante do município de Santarém (Associação das Organizações da Reserva Tapajós-Arapiuns) (PORTAL AMAZÔNIA, 2017).

Existem cerca de 100 comunidades da bacia do Tapajós e duas unidades de conservação, incluindo a reserva extrativista Tapajós Arapiuns e a Floresta Nacional do Tapajós (IPAM, 2017), como podemos perceber há uma complexidade na organização desta Unidade de Conservação “[...] a complexa região do Tapajós, cortada por UC’s e terras indígenas” (IPAM, 2017, p.10).

Os diferentes tipos de UCs nasceram a partir de vários fatores, inclusive a partir do interesse mundial da conservação ambiental, da ampliação do interesse social na questão, das pressões internacionais e a concorrência entre organismos gestores e as suas diferentes políticas.

Para efetividade e gestão das unidades de conservação, foi criada a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Os Planos de Manejo assumem papel primordial, imprescindíveis para garantir a conservação da biodiversidade das unidades e utilizam de algumas ferramentas e técnicas para que se obtenham os melhores resultados possíveis e que verifiquem as unidades, suas políticas e a participação social que ocorre em suas áreas.

1.3. MOSAICO DE SOBREPOSIÇÕES EM SANTARÉM –PA: DIMENSÕES POPULACIONAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS TERRITORIAIS

Para que essa discussão tenha um olhar mais integrado utiliza-se a disciplinarização para compreender o que autores e as “disciplinas” conversam sobre este assunto.

Parte-se da comparação dos usos, dinâmicas, apropriação social e o tipo de relação que cada recorte mencionado (porto, áreas protegidas, o urbano, assentamentos e sítios arqueológicos) possui com a natureza, buscando identificar os pontos comuns e as diferenças de cada área estudada, principalmente remontando o mosaico complexo que essa localidade traz. Torna-se relevante compreender os contrapontos e os interesses que são observados em Santarém a partir destas dinâmicas.

Partindo do campo antropológico percebe-se que nas últimas décadas foram produzidos um vasto número de estudos acadêmicos dentro das ciências sociais que focalizaram as suas análises principalmente nos efeitos sociais gerados, por exemplo, pela construção de grandes empreendimentos industriais, do processo urbano, do latifúndio, dos assentamentos, e assim por diante; efeitos estes que, na maioria das vezes, estavam relacionados aos deslocamentos compulsórios de pessoas e até de populações inteiras que se viram obrigadas a sair dos lugares onde tinham estabelecido não somente suas residências, mas também toda uma rede de relações sociais e culturais.

Ao olhar para a antropologia e as ciências sociais, estas, tratam o tema diretamente referido às fronteiras político-administrativas: os deslocamentos populacionais, registrando uma análise para a construção de categorias sociais em seus significados, a partir de circunstâncias históricas específicas e de relações de poder. Segundo (SPRANDEL, 2013, p. 26):

A travessia de fronteiras político-administrativas internacionais é detonadora de uma série de circunstâncias para o sujeito em deslocamento, especialmente em função do controle dos Estados nacionais, gerador de tipologias, identidades e, muitas vezes, criminalizações. Daí a importância de etnografias que apreendam como grupos sociais narram a sua história e a história de vida de seus membros, a partir de categorias próprias.

As causas dos deslocamentos variam e se dão devido à instalação de empreendimentos em lugares povoados ou também do despejo ou realocação de populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas e assentados, para a construção de empreendimentos urbanos, como CDHU, ao alagamento das terras, no caso dos projetos

hidroelétricos, ou às ampliações de rodovias para a passagem de caminhões e obras relacionadas à implantação de logística. Os deslocamentos também podem ser gerados pelas consequências econômicas que se produzem no meio, privando às pessoas de poderem continuar a realizar as atividades com as quais asseguravam o sustento familiar, como roçado, agricultura familiar e cultivos diversos.

Uma das características compartilhadas por todos estes exemplos é o fato de que esses diversos contextos e cenários, para poder gerar tais efeitos sociais, precisam ser efetivamente viabilizados, ou construídos e instalados; esse tipo de retrato é visto em Santarém PA. Cabe perguntar, ao tentar dialogar com as ciências sociais, se um projeto de grande escala ou micro pode produzir efeitos sociais em uma população, mesmo sem ter chegado a iniciar as suas obras de instalação.

Ao olhar o tema pelo viés econômico, uma vertente a ser tratada é o advento das rodovias, modificando padrões de mobilidade e possibilitando a introdução de novas práticas econômicas orientadas para a exploração do meio ambiente, orientadas por uma economia de mercado, que passaram a disputar o espaço da cidade com as práticas tradicionais.

Um exemplo disto é o escoamento de Soja e as ocupações populacionais ao longo das rodovias. A rodovia BR-163, por exemplo, foi construída durante o governo militar com o intuito de estabelecer acesso ao interior da Amazônia, possibilitando o fluxo de pessoas e de cargas. Ao passar das décadas, o eixo, assumiu novas características em decorrência da colonização e do agronegócio.

A partir deste ponto, entende-se que a distribuição populacional e o meio ambiente relatam uma aproximação de abordagens socioambientais. Permitindo a proposição de formas de assentamentos rural diferenciadas na região (assentamento agroextrativista, assentamento comunitário, entre outros) de acordo ao reconhecimento de que o impacto do manejo de populações tradicionais é muito menor do que sua contribuição para a preservação de rios e florestas. Isso resultou na formação de um mosaico de áreas protegidas e tipologias no município (GOMES et al., 2017).

Contudo, todas as transformações nas condições de vida das populações tradicionais não resultaram na universalização do acesso, gerando na prática superposições e conflitos entre visões e formas de relacionamento com o território e com a natureza.

Após estas proposições, observa-se que a área urbana de Santarém – PA compreende apenas 2,36% do território, enquanto o restante é ocupado por uma

população distribuída em uma série de institucionalidades (vilas, unidades de conservação e assentamentos rurais) que indicam formas de resistência e auxílio na manutenção da população que dependem da terra e da floresta para viver (GOMES et al., 2017).

Com essas especificidades apresentadas, fica o questionamento sobre como repensar as políticas públicas, por exemplo, a fim de englobar a diversidade que compõe o mosaico da RMS, tendo em vista que as políticas existentes foram concebidas segundo parâmetros oriundos em outros contextos metropolitanos, em que há maior ênfase no espaço urbano.

Se pensarmos que uma região metropolitana abrange todo o território dos municípios que a constituem e não apenas a área urbana, torna-se necessário desenvolver estratégias que diminuam as assimetrias de poder e assegurem a terra como elemento fundamental para viabilizar a vida, e não só como uma estratégia capitalista econômica para estabelecer o que é hegemônico.

Enquanto o jogo político e econômico for costurado em função de quem trata a terra como um elemento de poder, manter as institucionalidades existentes (assentamentos, Flona, Resex) e os modos de vida tradicionais pode ser interessante apenas para imobilizar a terra e a tratá-la como reserva, para quando for oportuno explorá-la ou converter seu uso, sem serem considerados como manifestação da diversidade amazônica a ser reconhecida e respeitada, a bem da preservação do próprio bioma (GOMES et al., 2017).

Nesse sentido, a região de Santarém apresenta-se como um espaço com grande potencial de aderência aos atributos espaciais, recursos naturais, sociodiversidade e qualidades ambientais. Entretanto a região segue na contramão desse raciocínio, na medida em que reproduz as fórmulas difundidas no século anterior, convertendo sua diversidade socioespacial em espaço homogêneo voltado para produção e consumo (GOMES et al., 2017).

Está premissa só é possível, caso se assume uma postura de maior autonomia do conhecimento local e uma governança daquele território, capaz de dar voz e valor ao conhecimento milenar acumulado na região, às inovações e a sustentabilidade.

A região de Santarém, pós-pensada a partir de diferentes interesses e do ponto de vista segmentado pode ser vista como um espaço de múltiplas determinações sob forte dependência da política. Tenderá à conversão mais rápida, na medida em que aumenta a carência de investimentos necessários à manutenção dos modos de vida baseados no saber

tradicional ou que é permitida a destruição dos recursos naturais (contaminação das águas, redução de biodiversidade, desflorestamento, etc.), transformando o que antes era a forma de se viver no lugar em estratégia de resistência (MONTE-MOR, 2015).

Atualmente, o espaço de Santarém é ambivalente: atende ao perfil urbano, incorporando as tipologias correntes do léxico da cidade global e manifesta sua face amazônica, quando abriga bairros ribeirinhos em que a população depende do rio para sua sobrevivência, comunidades que dependem do trato da terra e cuja produção abastece a cidade com hortaliças e produtos da gastronomia típica da região e áreas nas quais identidades culturais e religiosas (indígenas e quilombolas) coexistem na cidade.

De fato, um mosaico de regiões forma o município de Santarém. A partir das condições e zoneamento ambiental três zonas de distribuição espacial da população são definidas (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). Definidas com as Unidades de Conservação (O município abrange duas importantes unidades de vegetação que são a FLONA (Floresta Nacional do Tapajós) e a RESEX-Arapiuns. A primeira também faz parte do município de Belterra e se localiza a margem do rio Tapajós, fazendo limite com a rodovia BR163. A última, mais afastada do centro urbano, margeia tanto o Tapajós como o rio Arapiuns, afluente do Tapajós. No braço leste de Santarém, configura-se estabelecimentos rurais familiares. Os principais sistemas rodoviários do município como rodovias federal e estadual, e vias municipais são habitadas por populações extrativistas e ribeirinhas ao longo dos rios Tapajós, Amazonas e Arapiuns, com comunidades que vivem de subsistência, basicamente mandioca, pesca e caça. Na região de várzea vivem os ribeirinhos, que vivem de pesca durante o inverno, quando permanece alagada, e invertem para pecuária e hortaliças durante o período seco. Nas margens da rodovia Cuiabá-Santarém (BR163), o planalto concentra as recentes áreas de soja, como a produção alimentícia em unidades familiares (CORTES, 2012).

É possível que o mosaico de diferentes formações em Santarém-PA funcione como uma espécie de porção contínua, ainda que composta por manchas de diferentes modalidades, como áreas protegidas, o urbano, a indústria, a soja, entre outros. O conflito entre os diferentes movimentos se manifesta em todas as esferas da vida.

Sob a perspectiva da gestão compartilhada desses espaços, a importância estratégica os Planos de Manejo e a fiscalização visem compatibilizar direitos. A possibilidade dos espaços protegidos, emerge de uma leitura integrada dos direitos socioambientais, não como o resultado da soma linear dos direitos sociais e ambientais, mas como exercício criativo e possível de uma solução justa, tolerante e respeitosa para

conflitos potencialmente graves caso eternizado de maneira impositiva as diferentes posições polarizadas que ocorrem no mosaico.

Diante dessa perspectiva, que parece organizado, existem diversos interesses que interligam essas dimensões e dinâmicas populacionais aqui delimitadas.

Faz-se importante pensar no território, como meio onde as políticas são pautadas, cada vez mais, pela retórica e por referências, unilateralmente, voltada para o interesse. Compreender o deslocamento de análise para a perspectiva territorial sobre as dinâmicas da população, um desafio tanto no âmbito conceitual como metodológico. Mais do que isso, em se tratando de políticas no contexto de disputas, deslocamentos e ocupações, que são marcadas por desigualdades socioeconômicas, trata-se de ir além do exposto e partir de uma visão dos conceitos para compreender as sobreposições que são geradas advindas das complexas dinâmicas que ocorrem na região.

Para tal faz-se o esforço no Capítulo 2 de trazer um embasamento teórico, conceitual e metodológico para compreender o conceito de sobreposição, isso se faz a partir do referencial teórico de população, território e políticas públicas, pensando sobre as contribuições que o debate sobre o território das políticas públicas e a dinâmica da população podem trazer para o estudo das sobreposições em áreas protegidas. Para após a reflexão sobre os conceitos, compreender a sobreposição enquanto estratégia a partir de uma construção interdisciplinar que abarcará uma análise sobre Santarém-PA.

2

BASE PARA UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR**2.1. TERRITÓRIO COMO BASE PARA AS DINÂMICAS DE POPULAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA.**

Quais as contribuições que o debate sobre a territorialização das políticas públicas pode trazer para o estudo das sobreposições em áreas protegidas? Partimos de caso específico, no capítulo 1, e aqui analisamos os conceitos que estabelecem bases para uma análise interdisciplinar do caso, unindo a dinâmica da população com o território e as políticas públicas também.

O território, como espaço de articulação de estratégias das políticas públicas e da distribuição da população, vem sendo objeto de ações da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, como de políticas públicas. Esse processo acaba por se deparar com alguns problemas importantes como o confronto entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas e descentralizadas de gestão e distribuição populacional.

Na sua primeira parte, apresenta as proposições conceituais sobre a questão do território e territorialidade, envolvendo as diferentes perspectivas de abordagens, a noção distribuição da população e das políticas públicas, a formação do entendimento sobre a construção social do território.

Inicia-se a discussão com População e Ambiente, pois é fundamental para a construção da proposta.

A relação entre “população e meio ambiente” é complexa e não permite reduções simplistas que, por exemplo, obscureçam padrões e formas de organizações sociais de desenvolvimento, ainda mais quando se leva em conta as especificidades de determinados grupos. Arruda (2000, p. 274) afirma que as populações:

[...] apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do

território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

As dimensões humanas devem assumir papel de destaque na literatura sobre as mudanças ambientais. O ser humano é multidimensional e pode ser estudado no plano individual e familiar, sendo parte de uma população que vive um dado contexto social e econômico (MELLO; SATHLER, 2015).

Para apreciar a importância deste fator, o ponto de partida foi a distribuição espacial da população e a composição demográfica, na área de estudo de Santarém-PA. Tais elementos podem gerar tanto necessidades específicas e desafios para as políticas públicas, por exemplo, como oportunidades que precisariam ser aproveitadas para o desenvolvimento das cidades. Esses desafios e oportunidades ocorrem tanto no nível macro, ou agregado, como em nível micro, no qual a família e os indivíduos afetam, determinando os contornos da dinâmica populacional.

Historicamente podemos usar o exemplo das cidades brasileiras, que são vistas como possibilidade de avanço econômico e modernidade em relação ao campo, de algum modo visto como arcaico e atrasado, o que gera uma problemática relacionada à população que nele produz (OLIVEIRA, 2006).

Uma vez que a população ingressar na grande massa de miseráveis dos grandes centros urbanos, fontes de pressão sobre os espaços territoriais especialmente protegidos e os alocados para elas constitui-se em fenômeno complexo, tanto de difícil conceituação, devido ao grande número de desdobramentos, como de percepção, uma vez que envolve questões subjetivas e o processo de reflexão sobre o fato, mostrando que esta premissa também apresenta o contexto visto nesta afirmação de Dantas (2002, p. 222) “pois tanto a falta quanto o excesso de desenvolvimento causam degradação ambiental”.

Diante das limitações para lidar com a relação entre meio ambiente, população e espaço, poderia ser útil focar uma questão mais prática, ou seja: como uma população específica pode usar de forma mais sustentável um dado território, considerando-se os recursos disponíveis, a população, o potencial econômico e o contexto atual de desenvolvimento? Qual seria a melhor forma de distribuir esta população concreta neste território, agora e futuramente, de modo a causar o mínimo possível de danos ambientais e promover melhor a sustentabilidade, ao mesmo tempo fazendo o melhor uso de suas vantagens comparativas (e assim atingindo os maiores índices toleráveis de crescimento econômico e desenvolvimento social)? Estas não são perguntas fáceis de serem respondidas, e não estamos aqui tentando responde-las, mas é importante ressaltar que

abrem uma nova área promissora para a pesquisa e a formulação de políticas (MARTINE, 2011).

Tal parece particularmente relevante nas situações em que a distribuição espacial da população decorre de processos de urbanização entre áreas protegidas. Padrões e regras distintas de ocupação acabam por co-existir em um mesmo contexto, ou regiões, incluindo grupos identificados como populações tradicionais.

Sabe-se que as populações tradicionais² sofrem pressões e ameaças não só em razão da ausência do Estado e das políticas públicas, mas também em muitos casos, da gestão territorial, de empreendimentos públicos e das atividades induzidas pelo próprio Estado, incluindo, no caso da Amazônia, a própria urbanização. A visão compartimentada de órgãos e entidades públicas ambientais enxerga a incompatibilidade entre meio ambiente e populações tradicionais (FIGUEIREDO, 2015). Geralmente levam a considerar processos concorrentes com a própria urbanização.

O uso sustentável do espaço por entidades políticas e/ou geográficas favorece a consideração simultânea das especificidades da organização social e econômica, das condições ecológicas e das características demográficas dentro de determinadas áreas (MARTINE, 2001).

Os estudos de População e Ambiente desenvolveu-se rapidamente nas últimas décadas. O campo População e Ambiente tem sido frequentemente usado para classificar a população e sua interação com o ambiente (MARTINE, 2007; HOGAN, 2007), dessa forma, a distribuição da população no espaço torna-se um elemento importante. Assim, ao dissociar espaço e população, a demografia acaba por comprometer sua capacidade de compreensão dos fenômenos ao entorno do tema (DANTONA, 2015). Esse posicionamento é importante, pois, como afirma Martine (2007, p.181), “uma população pode ocupar o mesmo espaço de diversas maneiras, que podem ter implicações ambientais significativamente diferentes”. Segundo D’Antona (2017, p. 244):

A especificidade do campo de População e Ambiente (P-A) reside na busca do entendimento de relações, ou efeitos recíprocos, entre as variáveis de população (P) e as de ambiente (A). De forma emblemática: $P \leftrightarrow A$. O desafio que reside nas setas – encontrar e expressar os nexos entre os dois termos –

² Segundo D’ Antona, et.al (2007) O Decreto n. 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), define “povos” ou “comunidades tradicionais” como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

torna o campo essencialmente interdisciplinar, ainda que tenha se constituído a partir de referências das ciências sociais, particularmente da demografia.

Segundo Pereira et al (2014), a partir do momento que a sociedade reconhece os limites ambientais, novos esforços surgem para lidar com essa temática. Os temas relacionados às questões ambientais são relativamente novos na Demografia, e ainda são tratados de maneira distinta: da visão abstrata da pressão de números sobre os recursos.

As reflexões dos autores considerados os precursores do campo de População e Ambiente no Brasil – Martine, Sawyer e Hogan – partiam do quadro das discussões sobre população e desenvolvimento (SAWYER, 1993), o qual conduzia aos problemas ambientais. Estes autores deslocaram a produção acadêmica para outros elementos da dinâmica demográfica, para a redistribuição espacial da população e para as relações recíprocas de população e ambiente. A partir de tais deslocamentos, eles estabeleceram diálogos com as outras ciências sociais. Na busca por caminhos eficientes para romper com a dicotomia população versus ambiente, gestou-se um campo interdisciplinar (D'ANTONA, 2017). Novos estudos emergiram e uma série de questões passam a ser incluídas neste leque de pesquisas (MARTINE, 1993; HOGAN, 2001). Desta forma para Hogan (2007, p. 14):

Há outra vertente, mais moderada, que reconhece outros fatores na equação população/ambiente/desenvolvimento, e que atribui à pressão demográfica, não um papel determinante quanto aos problemas ambientais, mas um papel de agravante, de fator contribuinte.

Ao enfatizar as conexões entre a população e as mudanças ambientais, pode-se contribuir significativamente para a construção de referencial relevante para as Ciências Sociais, não apenas para discussões mais substantivas dos estudos populacionais (MELLO, 2009; MELLO; SATHLER, 2015).

A dimensão espacial trazida à reflexão a partir da perspectiva populacional permite a ponte com a discussão sobre território e políticas públicas.

Da distribuição populacional propõe-se um debate sobre os tipos de territórios, as possíveis disputas territoriais e as políticas públicas e seus instrumentos, que constituem, grosso modo, uma maneira de atuação do Estado no território.

De início procura-se a partir de um referencial bibliográfico utilizando diversos autores, para compreender os tipos de territórios existentes e, a partir disso, as disputas territoriais. Não temos a pretensão de criar um novo conceito, mas utilizar os conceitos estabelecidos para relacionar o território, com as políticas públicas e distribuição da população.

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço (FERNANDES, 2007). O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). Raffestin (1993) cita em seu entendimento sobre o espaço geográfico (1993, p. 143) que:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao o território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

Para Fernandes (2007), deve-se superar a compreensão do território como uno e singular ao discutir as diferentes formas do território, como a pluralidade, pois existem os territórios materiais e imateriais (os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias). Os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro, e estão vinculados pela intencionalidade.

Para Castro (1998) o território é o espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo.

Souza (2001) identifica que o território é político e cultural, afirmando que é delimitado por e a partir de relações de poder, o território deve ser apreendido em múltiplas formas e funções. Souza (2001) acredita na possibilidade de muitos territórios, podendo ser permanente ou de curta existência.

Andrade (1995) conceitualiza o território a partir de uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço, pois o território está associado à ideia de poder, quer seja o poder público, estatal, ao poder das grandes empresas, que se expande por grandes áreas, ultrapassando, muitas vezes, fronteiras políticas.

Considerando o referencial citado, o território pode ser entendido como o palco de atuações dos acontecimentos econômicos e transformações sociais. Para abranger o conceito de território e chegar às políticas públicas, estabelece-se um diálogo entre os autores Massey (2008); Escobar (2015) e Haesbaert (2006).

Quando se pensa no espaço, território e lugar no ponto de vista da geografia se pode pensar nas interações existentes, pois “se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea dos outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio” (MASSEY, 2008, p. 15).

Massey (2008) inicia suas reflexões sobre o espaço delineando vertentes. A primeira vertente é a compreensão do espaço como produto de inter-relações, as práticas encaixadas de entidades e sujeitos é o que constitui o espaço, por meio desta perspectiva o espaço existe mediante as relações de identidades. A segunda vertente é o entendimento do espaço como um processo constante, e não um sistema fechado, o espaço, neste sentido é aberto. Segundo Massey (2008, p. 34-35):

É necessário arrancar o 'espaço' daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão indiscutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelecê-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, racionalidade ... caráter vívido, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora

Para Massey (2008) é crucial a geografia não se ater ao espaço somente como uma extensão na qual se desenrolam os fenômenos físicos e humanos, mas aquele que produz vida, pois a pessoa também estará produzindo o espaço, assim como ajudando a ser reproduzido. Sendo a produção do espaço advinda do sujeito social em interação com a sociedade, o espaço é feito por trajetórias, por movimento e constante construção de si e do outro.

É interessante notar as diversas visões e conflitos existentes nestes espaços mediante o uso e o entendimento que os sujeitos têm dos espaços públicos. Neste sentido, diferentes grupos podem se "aliar" ou "rivalizar" pelo acesso e usufruto de um determinado espaço.

Para Escobar (2015) o 'território' é visto como o espaço - biofísico e epistêmico ao mesmo tempo - onde a vida é encenada de acordo com uma ontologia particular, onde a vida se torna 'mundo'. Nas ontologias relacionais, humanos e não-humanos (o orgânico, o não-orgânico e o sobrenatural ou espiritual) são parte integrante desses mundos em suas múltiplas inter-relações. Para alguns nos movimentos étnico-territoriais, a autonomia surge como um conceito chave de sua prática política ontológica. A autonomia refere-se à criação de condições que permitem mudar as regras de um mundo a partir de dentro. Pode incorporar a defesa de algumas práticas de longa data, a transformação de outras e a invenção de novas práticas (ESCOBAR, 2015, p.98).

Haesbaert (2006) apresenta quatro macrodimensões territoriais, mas aqui só usaremos uma, a política, sendo hegemônica e que o encara como espaço delimitado, por meio do qual se exerce um determinado poder. Esta concepção mais abrangente de território faz com que se promovam, ao longo do tempo, diferentes possibilidades de territorialização, ressaltando que a territorialização possui quatro objetivos básicos, o

abrigo físico; a identificação de grupos de interesse através de dimensões espaciais; o controle através do espaço e a construção/controlado de conexões e redes.

A territorialização múltipla traz a noção da existência das “multiterritorialidades” advindas de diferentes grupos ou indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários (HAESBAERT 2006). Contudo, o conceito de multiterritorialidade não passa de um mito, já que para cada indivíduo permanece como importante a dimensão simbólica e física, ou seja, um mínimo de territorialidade (HAESBAERT 2006).

Ao olhar para a territorialidade, sabe-se que está relacionada a uma polissemia, há um atributo que precisa ser enfatizado, pois a territorialidade é plural, uma vez que se reporta como processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados, sobre uma parcela do espaço, que é transformada em território (GODOI, 2014).

Desta concepção já se depreende um aspecto importante, pois o território não diz respeito somente à materialidade do espaço, pois não há território exterior as relações sociais. Assim, pode-se dizer ainda que o território toma forma não só por meio da inscrição do espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente (HAESBAERT, 2009; GODOI, 2014). Ao compreender o território no sentido amplo em que aparece associado aos processos de dominação e/ou apropriação do espaço, podemos afirmar que os objetivos da produção e controle podem ser os mais diversos, envolvendo fatores de natureza predominantemente econômica, política e/ou cultural (HAESBAERT, 2006).

Em termos teóricos, existem, simultaneamente, territórios de diversos tipos, mais demarcados e enraizados na contiguidade geográfica e territórios de tipo rede, descontínuos, dinâmicos e que se sobrepõem, de maneiras diversas e sem um ritmo igual, são fluxos que pertencem somente àquela interação. É possível, assim, segundo HAESBAERT (2014, p. 108) compreender que:

[...] nessa trama complexa e historicamente mutável de delimitação ou contenção por área e de fluidez ou conexão por redes, podemos distinguir assim lógicas de dominância zonal e de dominância reticular que participam de processos ao mesmo tempo de ordenamento e desordenamento territorial. Ambas, portanto, podem ter efeitos contraditórios, redefinindo fixações e desenraizamentos, inclusões e exclusões, confinamentos e expansões, continuidades e descontinuidades (e territorializações e des-territorializações)

Entender os fatores que constituem esta abordagem territorial do desenvolvimento requer analisar o papel dos múltiplos agentes, das instituições, das demais formas

organizativas da sociedade e, até mesmo, da cultura na configuração do espaço social (SCHNEIDER, 2004). Em síntese, requer analisar os múltiplos territórios de forma compartimentada e as relações que ambos estabelecem entre si; ou seja: suas respectivas territorialidades. Tal percepção leva a considerar o contexto de Santarém-PA, o grande quadro de disputas, o qual, por sua vez, nos remete à figura do Estado e das Políticas públicas.

A territorialidade pertence a uma forma de compreensão das relações sociais e da construção de territórios diversos. Ao repensar o "desenvolvimento" e a "economia" estas emergem como tarefas importantes para a ontologia política, especialmente no contexto de formas avançadas de entender o indivíduo, a economia e o real que corroem cada vez mais o sistema de inter-relações que tornam possível os mundos relacionais (Escobar, 2015). Escobar (2008) descreve as nuances da construção da territorialidade do Pacífico colombiano, usados aqui apenas como exemplo, evidenciando que essa população passa tanto por cosmologias de grupos étnicos como pelas negociações em torno de metodologias de geoprocessamento no mapeamento da região.

Para tal, as disputas políticas baseadas em lugares vinculam eficientemente corpos, ambiente, cultura e economia em torno de multiplicidades sicionaturais. A luta pelo território transforma-se, portanto, em luta pela autonomia e autodeterminação. Em seu texto, ao falar sobre a reinvenção do Pacífico colombiano, como cerne de seu trabalho, possibilita que seja visto uma matriz complexa de processos na qual as pessoas, o território, a flora e a fauna são apreendidos dentro de um contexto em que os movimentos sociais tentam orientar sua dinâmica longe da degradação ecológica, construindo uma auto-organização de tendências e relações de solidariedade (ESCOBAR, 2008).

Cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos e em função de suas atividades cotidianas. Isso pode significar natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, controle e poder. O território seria então o resultado das mediações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais estabelecidas, uma vez que não há territórios sem uma trama de relações sociais (SAQUET, 2010/2009).

A utilização do conceito de território a partir dos princípios e da significação defendidas neste capítulo nos possibilita compreender os processos que transformam os diferentes tipos de territórios. Isto significa ter uma compreensão e posição teórica da interpretação das realidades, afirmando que o território é político. Tendo em vista as

diferentes relações de poder que se materializam no território, é possível afirmar que ocorrem diversos conflitos, principalmente a partir dos distintos interesses dos atores sociais que o compõem (FREITAS, 2015).

O Estado irá então aparecer como o grande mediador, pois se reconhece que está ligado ao território, e a estratégia para tal mediação, entre o Estado e o Território, ocorre justamente por meio das políticas públicas. Essas políticas constituem uma maneira de atuação do Estado no território. A política pública inserida em um contexto de atenção ante a consciência dos agravos na relação da sociedade com o meio possui uma ligação com o território que se revela e apresenta um objeto bastante amplo, pois está relacionada ao conjunto das atividades humanas que ambientam o território (FREITAS, 2015).

Ao pensar em políticas públicas e seus possíveis entrelaçamentos com o conceito de território requer compreender como o Estado atua na organização espacial da sociedade: “sua ação é marcada pelos conflitos dos diferentes membros da sociedade de classe, bem como da aliança entre eles” (CORREA, 1989, p. 26). Esse processo pode ser observado do ponto de vista de que o Estado exerce um papel delimitador. A política é uma forma de atividade, que está inserida no urbano, social e no civil. O espaço, onde as áreas estão inseridas, é parte da política que foi exercida acabando por se mesclar com as territorialidades.

Como forma de exercer esse papel delimitador, observa-se a política pública sendo o processo pelo qual diversos grupos compõem a sociedade, cujo interesse, valores e objetivos são divergentes e tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade (RODRIGUES, 2013, p. 13). As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. São certas que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (LOPES et.al, 2008).

Em análise sobre o campo de conhecimento das políticas públicas, Souza (2006, p.40) afirma que estas são:

[...] um campo do conhecimento que busca integrar quatro elementos: a própria política pública, a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas. Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

É diante desta perspectiva que os conceitos chaves, no caso território, podem vir a contribuir significativamente nos estudos das políticas públicas.

A continuada transformação dos territórios, operada em tempos e circunstâncias diversas, em contextos políticos sociais e econômicos variados e com recurso a tecnologias progressivamente mais complexas e potentes, constitui o resultado mais imediatamente visível das políticas públicas (FADIGAS, 2015).

Portanto, é inevitável que uma política pública traga efeitos sobre o processo de produção de espaço: pela criação de novos objetos, pela criação de novas atitudes, pela mudança na conduta de indivíduos de toda natureza e função social, política e econômica, as políticas públicas possuem um “acontecer espacial-territorial” (VERA; STEINBERGER, 2009)

Para tal, as Políticas públicas espaciais são aquelas que se determinam a partir do espaço que se encontram e de seu próprio fundamento, podendo assim gerar um processo intenso do campo político que atue diretamente ou indiretamente na função de compreender a partir das políticas o processo de transformação de uma determinada localidade.

Ao compreender os tipos específicos de políticas, especialmente, de políticas públicas espaciais, entende-se como cita Steinberger (2006, p.31), que as políticas públicas espaciais “têm em comum o fato do espaço ser seu substrato”. São elas: as políticas ambiental, territorial, regional, urbana e rural. Assim, os temas foram classificados em: políticas sociais, políticas setoriais, políticas espaciais e outras. Como cita STEINBERGER (2006, p.30):

[...] urge levar em conta que o Estado de agora não pode ser mais aquele que desconhecia a existência de poderes plurais, sejam os federativos ou dos interesses contra-hegemônicos de novos sujeitos sociais como os movimentos populares urbanos e rurais. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais, cuja finalidade última seja promover transformação social.

As políticas públicas que se encontram no espaço têm seu próprio fundamento como a política territorial, ambiental, regional, urbana e rural (Steinberger, 2006). E não devem ser concebidas de forma isolada, não deveriam abordar o espaço de maneira segmentada, pois o “espaço” é o elo que as une, a sua base comum.

Há outras discussões na área e outros modelos de análise, mas o que se procurou trazer aqui foram as principais contribuições que possibilitam uma abertura para se pensar

na teoria Geográfica de território e sua complementação nas políticas públicas, na busca pelo estabelecimento das pontes com as temáticas populacionais na via dos estudos de população e ambiente.

Pelo que foi exposto se pode perceber um entendimento mais difundido das relações jurídico - políticas, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado no qual exerce um determinado poder quase sempre relacionado ao poder do Estado. A dimensão política e as relações de poder são muito importantes para a compreensão de territorialidades específicas como é o caso de Santarém da rede de relações que estabelecem na região, e por consequência no território. O território, dentro desta chave, não restringe a dimensão política ao papel do Estado e compreende as dimensões de poder com variadas dimensões da vida social (GODOI, 2014).

Inclui-se na constituição do território (dos territórios) e na constituição das disputas a distribuição espacial das populações. A distribuição, sujeita a regramentos e motivações distintas, em maior ou menor grau orientadas pelo poder público, agrega mais uma dimensão ao complexo quadro que o caso de Santarém – PA aqui representa. A demografia, a economia, a geografia e o campo de políticas oferecem visões deste quadro. A seguir, ofereceremos uma construção alternativa, propícia à análise interdisciplinar. As políticas públicas têm duas interfaces complementares com a dinâmica demográfica e atuam constantemente nas questões econômicas e sociais.

A seguir, como um segundo momento do trabalho, procura-se analisar as bases para a questão da sobreposição. Nesse sentido, analisam-se várias proposições sobre a construção social das sobreposições a partir de uma estratégia interdisciplinar, numa perspectiva a se buscar a integração das diversas racionalidades – econômica, social, cultural e política – que compõem as sociedades. Trata-se da análise dos conflitos locais e a busca da cooperação através da categorização das sobreposições.

2.2. ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR

Após a reflexão sobre termos e conceitos de dinâmica da população, território e políticas públicas parte-se para uma construção que permita uma análise de uma perspectiva interdisciplinar. Acredita-se que, devido à escala da área de estudo, do histórico de Santarém, seus atores sociais, os referenciais de território, políticas públicas e população são capazes, cada um à sua forma, de sustentar a construção da sobreposição, termo/conceito de especial interesse dessa dissertação.

Pressupondo uma nova forma de produção do conhecimento, em que se implicam trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e graus crescentes de intersubjetividade, Alvarenga et.al (2011, p. 998) argumentou que:

A integração entre disciplinas, metodologias e teorias para dar conta de um problema, de uma reflexão, mais do que a agregação ou a sobreposição de diferentes áreas do conhecimento em torno de um tema em que cada área preserva suas premissas metodológicas, teóricas, conceituais.

Faria (2013), ao abordar o tema da multidisciplinaridade, enfatiza que determinadas problemáticas demandam políticas interdisciplinares para a efetividade de seus propósitos o que, para o autor, pode ser um aceno para a efetiva consolidação da interdisciplinaridade. Marques (2013), por sua vez, sumariza os principais modelos teóricos e analíticos desenvolvidos sob o enfoque da Ciência Política para analisar o Estado e suas políticas. Ao destacar a perda da centralidade da racionalidade e do processo de decisão nas políticas, aponta que os estudos contemporâneos tornaram os processos mais complexos, com o escopo de atores e contextos envolvidos ampliados e mais preocupados com a combinação desses com as condições locais e, também, com a adequação das soluções aos problemas. Por fim, reconhece o avanço dos estudos alertando para as especificidades da aplicação dos novos paradigmas e debates teóricos às realidades locais.

Avançando na reflexão interdisciplinar, refletindo a respeito do objetivo deste trabalho, que são as sobreposições entre terras destinadas a diferentes usos no Brasil, levado em conta os contemporâneos arranjos populacionais e territoriais, e os conflitos gerados por elas. É importante destacar, que as sobreposições, em geral, se associam nos contrapontos entre interesses de grupos de atores, processos microrregionais e regionais

e de processos ainda mais abrangentes. Permitindo que, neste momento, seja pensada uma conceituação teórica que ajude a construir possibilidades de categorias.

Pensando nas possibilidades de alargamento teórico da categoria e nas realidades locais, observa-se que há interações que podem vir a ser conflitivas entre os grandes proprietários de terras, o Estado e a miríade de classificações que designam aqueles que não possuem largas extensões de terra, tencionando decisivamente para o alargamento da categoria de análise. Se, por um lado, a inversão do prisma de análise alarga as possibilidades do estudo sociológico da dominação política; ela também concorre para que a terra comece a ser percebida por outros ângulos (CHAGURI, 2016).

Para que esse processo seja reconhecido e possamos compreender seu nexos, deve-se voltar um pouco atrás e trazer para a discussão a questão do território às políticas, aprofundando a questão do Estado e seu papel, visto a partir das disciplinas, para assim incorporar os aspectos das ciências humanas e sociais nesta discussão. Para Bobbio (2012) o Estado pode ser concebido de diferentes maneiras. Do ponto de vista sociológico, concebe-se o “Estado como forma complexa de organização social” (p. 57). Sem desconsiderar a relevância do Estado enquanto ordenamento jurídico compreende-se que este é apenas um aspecto formal do Estado e salienta-se o ponto de vista sociológico, que abre caminho para um diálogo com a geografia (FREITAS, 2015).

A organização política ao concordar com Bobbio (2012) em uma perspectiva mais ampla evidencia que o conceito de Estado pode abarcar ordenamentos políticos precedentes na história da humanidade, pois se trata de uma forma de organização política de uma sociedade em um território. Como destaca Cataia (2011, p. 117): “O Estado territorial foi construído num lento processo histórico, durante o qual procurou fazer coincidir os espaços político, jurídico, econômico e cultural”. Ao destacar o aspecto político Bobbio (2012, p. 76) cita que “aquilo que o ‘Estado’ e a ‘política’ têm em comum é a referência ao fenômeno do poder”. Em específico, o poder político, sem negar a sua relação com outras formas de poder (FREITAS, 2015).

Nesse sentido, seria possível compreender o “poder político como o poder cujo meio específico é a força” (BOBBIO, 2012, p. 83), que seria o componente para a manutenção do Estado e a garantia da integridade do território. O poder político não se restringe ao Estado, existem outros grupos no território, mas que não dispõem dos mesmos recursos, justamente por não deterem os aparatos do Estado. Esses grupos se encontram com menor força nas relações de poder na sociedade capitalista (FREITAS, 2015).

Diante das frequentes transformações decorrentes do modo de produção capitalista, o capital se torna o agente que define e redefine as relações de poder no território. A dedicação ao estudo da produção do espaço e novas formas de territorialização capitalista torna possível à realização de instrumentos que contemplem a proposta de desenvolvimento sustentável. O processo histórico-geográfico de formação da sociedade brasileira foi regido por recorrentes promessas acerca da inserção na modernidade. Assim, a ação prevalente nos governos, de um modo geral, tem sido a inserção das regiões brasileiras no circuito competitivo capitalista. Contudo, esse processo apresentou diversas distorções, que foram causadoras de movimentos de resistência política em favor da produção de territórios pensados na lógica capitalista-desenvolvimentista (WHITACKER, 2015; MORAIS, 2017; CANTELMO et.al, 2015).

Para Gramsci (1985) devem-se considerar os diversos estados territoriais que são conformados por “blocos históricos”, abarcando suas distintas regiões geográficas (PORTO-GOLÇALVES, 2015, p. 3).

Ainda que esses distintos blocos regionais de poder sejam constituídos por etnias; segmentos; grupos e classes sociais constroem-se internamente sob relações assimétricas, assim como esses blocos regionais de poder estabelecem relações assimétricas entre si no interior dos estados territoriais e entre Estados. Sendo assim, a perspectiva destes grupos situados numa posição subalterna no interior do bloco de poder regional amazônico, estudado aqui na região de Santarém-PA, é a de setores subordinados no interior de uma região periférica. Esse escopo teórico permite-nos analisar a região considerando esses grupos como muitas vezes invisibilizados, e que diante da crise não só sistêmica (capitalista), mas civilizatória, sobretudo no que diz respeito à relação com a natureza, se colocam como interlocutores indispensáveis em qualquer debate sobre o futuro da região (PORTO-GOLÇALVES, 2015).

Tratam-se, então, de enfatizar as contradições entre essas forças, que são dos distintos atores, grupos, classes e frações de classes sociais. Por isso, o Estado não é esse bloco monolítico, mas, ao contrário, são compostas de modo heterogêneo por essas distintas forças que se condensam na sua estrutura (FREITAS, 2015).

Em função disso o conceito de região (entendida como um espaço homogêneo, identificado por aspectos físicos, econômicos, culturais e de ocupação, com uma rede urbana específica) é atualmente substituído pelo de território, entendido como um espaço construído social e historicamente por meio da cultura, das instituições micro e meso-regionais e da política. O território, seja este uma cidade ou uma região, é, assim, um

emaranhado de interesses de uma comunidade (um espaço de disputa por poder), possuindo uma identidade própria que em grande parte requer autonomia para sua delimitação (COSTA, 2011).

Logo, o desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização, possibilitando que cada território de origem a formas específicas de organizações e instituições que lhe são peculiares e que irão incentivar ou dificultar o seu desenvolvimento (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Por um lado, trata-se de reconhecer a atualidade de algumas das questões e categorias gestadas a partir da reflexão sobre a sociedade e o Estado e, por outro, apontar a pluralidade de atores e de demandas que compõem e articulam as condições sociais a partir das quais emerge a legitimidade do conflito enquanto dimensão constitutiva das relações sociais estabelecidas no território (BASTOS, CHAGURI, 2015).

Faz-se importante pensar nas dinâmicas de ocupações de terra, pressionando as práticas de Estado em sentidos específicos, tencionando e demandando ações políticas e institucionais que de um lado, convertem o Estado em mediador chave do conflito entre grandes proprietários e as demais categorias de não proprietários e, por outro, reforçam a centralidade da terra como categoria a produzir hierarquias que classificam e desclassificam socialmente o conjunto de atores envolvidos, incluindo, aqui, o próprio Estado (CHAGURI, 2016).

Ao explorar os conceitos e retomar a questão dos atores sociais que estão presentes na construção do território, explora-se analiticamente a miríade de categorias que classificam indivíduos e grupos sociais que não são grandes proprietários a partir das demandas contemporâneas por terra no Brasil, buscando rearticular o debate anteriormente acionado num sentido mais específico, como a leitura a partir do campo e as articulações entre o grande proprietário, o Estado e os movimentos sociais que demandam a terra (CHAGURI, 2016).

As atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território, recriando dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (CASTRO, 1998).

A diversidade de organizações não governamentais, sindicatos, associações e comunidades sugere uma mudança em relação às ações para o desenvolvimento na Amazônia brasileira, por exemplo, revelada na estrutura transicional do Estado e do

território (BECKER, 2008, p. 241). A autora se refere a esta diversidade como o vetor tecnoecológico, um dos elementos que podem indicar uma transformação regional, de uma economia de fronteira para um padrão de desenvolvimento baseado na valorização da diversidade e na descentralização de políticas públicas, especialmente as voltadas para o desenvolvimento rural e territorial. Tal padrão pode ser considerado como um caminho para o desenvolvimento sustentável e instrumento para um novo modo de produzir, uma nova forma de regulação do uso dos recursos naturais (BECKER, 2008).

Em linhas gerais, ao recortar o território como categoria para pensar os embates políticos e sociais que deram suporte a diferentes fabulações teóricas e a diversas estratégias de luta e de ação política sugere-se uma insistente reinterpretação dos direitos a luz das dinâmicas locais de construção de hierarquias e dominação (CHAGURI, 2016).

Sob a égide desse jogo complexo de poder é que devemos analisar a região de Santarém-PA, em que presenciamos uma importante reconfiguração das relações sociais e políticas e, como não poderia deixar de ser, as geográficas também, que abrem novas possibilidades de relações entre os lugares e as regiões, enfim, de reconfiguração das escalas. Tomar isso em conta é fundamental para entendermos a dinâmica sociopolítica contemporânea. As escalas não são simplesmente medidas cartográficas, mas também relações de poder, pois não existe escala que não seja afirmada por determinado grupo ou classe social.

A sobreposição é um fenômeno que pode ser visto como multidimensional e complexo, podendo ser pensando a partir de múltiplas escalas.

Em virtude disto, a Figura (4) abaixo, remonta uma imagem escalar, não de uma ótica do macro para o micro, por exemplo, mas sim a partir de interesses agregados as possíveis sobreposições que ocorrem em Santarém-PA.

Essas representações vistas abaixo na Figura (4) refletem, não de maneira concreta, mas sim as possibilidades de interligações entre os atores fundamentais para a discussão.

Figura 4 - Representação do interesse do uso territorial

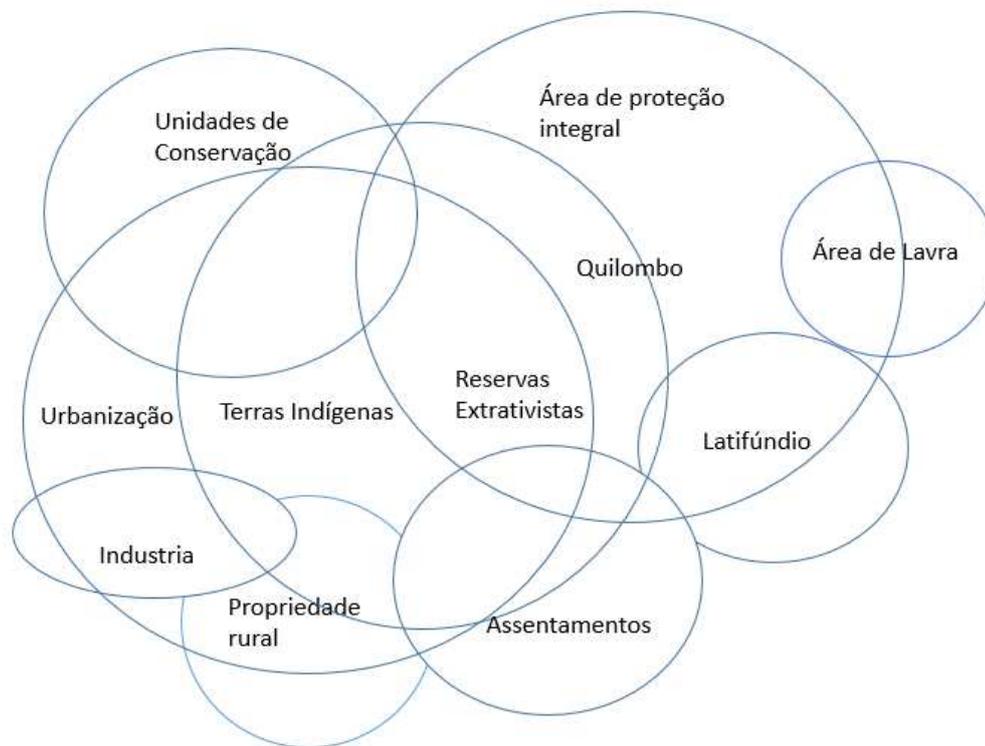


Figura 4. Representação do interesse do uso territorial. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se uma dinâmica de variabilidade, possuindo escalas que se agregam, como o caso do Urbano e da indústria, propondo uma espécie de relação e também de rede que se compõem a partir dos interesses das mesmas. Entende-se que este processo também está interligado com a propriedade rural, que permeia tanto a proximidade do Urbano como do Latifúndio.

Neste processo também se observa a integração entre as principais populações tradicionais e a forma como estão distribuídas no espaço, a interação entre TIs e UCs, viabilizando também a sobreposição entre TIs e Resex. Há um interesse comum entre as populações tradicionais sobre o uso sustentável do solo, herança identitária, questões culturais e aspectos extrativistas, que compunham estes territórios e que os agrega por interesses próximos. É necessário pensar também áreas de proteção integral como estratégia de preservação ambiental, essas áreas muitas vezes são dominadas por latifúndios e áreas de lavras, pela falta de fiscalização que ocorre no meio em que estão inseridas.

Destacamos aqui, após compreender a Figura (4) e seu processo escalar dos interesses, a formação do território sobreposto. O princípio da multidimensionalidade permite a compreensão do processo de formação do território, este implica em conceber sua área, seus recursos e as relações que os transformam, bem delimitado durante as concepções providas dos autores utilizados para conversar sobre este tema. O território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições. A caracterização fundamental é a relação social que o produz. O descontínuo pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa (FERNANDES, 2017).

Escobar (2015, p.98) explica que muitos dos movimentos étnico-territoriais que ocorrem na América Latina são espaços vitais para a produção de conhecimentos e estratégias sobre identidades e vida.

Já a conflitualidade deste processo é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos. A exemplo disto, os movimentos camponeses e indígenas tem resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas, como por exemplo, os grandes empreendimentos que ocorrem na região de Santarém (FERNANDES, 2007).

O interesse deste argumento recai sobre os movimentos que alteram a concepção desses grupos sobre o território, a nível local, ressaltando confrontos de interesses com outros atores pela apropriação de suas terras, restringindo-se a novas formas de conflitualidade em torno da apropriação do território.

As disputas políticas territoriais baseadas em lugares vinculam eficientemente corpos, ambiente, cultura e economia em torno de multiplicidades sicionaturais. A luta pelo território transforma-se, portanto, em luta pela autonomia e autodeterminação. Podendo ser vista como uma matriz complexa de processos na qual as pessoas, o território, a flora e a fauna são apreendidos dentro de um contexto em que os movimentos sociais tentam orientar sua dinâmica longe da degradação ecológica, construindo uma auto-organização de tendências e relações de solidariedade (ESCOBAR, 2015). A exemplo disto, Castro (2012, p. 6) cita que:

As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia, no Brasil, revelam o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais da região para além de suas fronteiras políticas.

Assim, quando analisamos Santarém, temos de lançar mão dessa visão de conjunto que a região comporta. É claro que uma perspectiva intercultural haveria de reconhecer outras riquezas a partir das múltiplas matrizes de racionalidades ali existentes (PORTO-GOLÇALVES, 2015).

Porém, é ao mesmo tempo, um desafio analítico que requer uma capacidade de trabalhar com espaço diferente para poder entender a sua complexidade. Afinal, vemos que a região vem sendo vista sempre como um mosaico, seja de imensos recursos naturais que os desenvolvimentistas veem como objeto de exploração, seja como reserva natural a serviço do equilíbrio ecológico, ora vista por sua megabiodiversidade, ora ainda por sua importância lucrativa.

A urgência em redefinir os princípios pelos quais a sociedade ocidental concebeu sua relação com a natureza. A longa história da humanidade é a de transformação da natureza e de sua subjugação. A capacidade do homem em transformar suas relações com a natureza, ao mesmo tempo em que transforma a própria natureza, esteve orientada por uma tendência de privatização de um bem, em princípio, patrimônio de todos (CASTRO, 1998).

Escobar (2015, p.98), ao propor que os territórios das comunidades negras, "constituem uma complexa rede de relações em que se desenvolve uma proposta político-organizacional que busca contribuir para a conservação da vida, a consolidação da democracia do direito à diferença, e a construção alternativa da sociedade" (PCN; Investigadores, 2007, p.48), evidencia que esse movimento não está apenas demonstrando clareza conceitual e política em relação às conjunturas atuais; está fornecendo um quadro para as relações intermundo, uma proposta de interculturalidade.

Em termos gerais, embora saibamos que a "ocupação" dos territórios coletivos geralmente envolvem aspectos armados, territoriais, tecnológicos, culturais e ecológicos, sua dimensão mais importante é a ontológica. Perceber que estes processos envolvem resistência, oposição, defesa e afirmação, possibilita um estudo mais específico, não para trazer uma solução, já aqui não estamos lidando com um problema que precisa ser resolvido, mas sim compreender suas nuances e dinâmicas (ESCOBAR, 2015). Já olhamos sua intencionalidade como a área de estudo, pensamos nos conceitos que são as

lentes que trazem certa clareza sobre o tema e partiremos para discussão do problema de maneira prática, categorizando a sobreposição a partir do caso de Santarém-PA.

A construção desta categoria a partir da conexão dos conceitos é uma forma de unir as diferentes disciplinas e trazer uma nova construção na esfera social. A interdisciplinaridade gera a construção do conhecimento que orienta a um caminho mais amplo. O próprio conceito não anula as disciplinas, mas pede que as mesmas dialoguem entre si numa perspectiva de busca de compartilhar as visões a cerca de um conceito.

O caso de Santarém volta a ser explorado no próximo capítulo, e este evidencia a importância do enfoque nas sobreposições em áreas protegidas, e ao mesmo tempo em que se apresenta uma agenda relevante de pesquisa, em que há a possibilidade de coordenar esses dados sob o referencial proposto.

Os desafios são inúmeros, principalmente ao estabelecer uma análise das sobreposições a partir daquilo que já foi exposto anteriormente. Em termos práticos há uma necessidade de considerar o acompanhamento da dinâmica dos interesses dos atores envolvidos nestes territórios, para que haja uma construção analítica do tema da pesquisa.

Sabe-se que os conceitos já estabelecidos e os argumentos até aqui levantados, não apresentam uma solução definitiva para a questão da sobreposição, nem é o intuito da pesquisa realizar esta abordagem.

O contexto atual da sobreposição de unidades de conservação e terras indígenas em Santarém – PA desperta uma necessidade de elaboração de um entendimento a partir de uma categoria específica. Para que haja um processo de compreensão mais abrangente e de acordo com as particularidades de cada terra, dos povos que a habitam, do urbano e do rural. Dessa maneira, o desafio é lidar com as especificidades de cada contexto sob o olhar do caso de Santarém e suas facetas para que ocorra a construção da categorização da sobreposição.

3

SOBREPOSIÇÃO COMO CATEGORIA PARA ANÁLISE DO CASO DE SANTARÉM

De acordo com a proposta da dissertação, uma reflexão sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, o objeto do estudo foi abordado por meio de aportes teóricos com conceitos de território, políticas públicas e população. O intuito do Capítulo 3 é fazer uma análise do caso de Santarém a partir da construção da categoria de sobreposição.

Ao recorrer ao referencial de sobreposição percebe-se de maneira mais esclarecida os aspectos de Santarém-PA que possibilitam os estudos sobre as Áreas Protegidas. De tal modo que ao olhar o caso de Santarém –PA, este não se aplica somente a uma reflexão espacial sobre a sobreposição, mas sim a Mais do que olhares, a busca por perceber como se entrecruzam, inclusive espacialmente, distintos interesses, formas de ocupação e de uso da terra.

Podemos perceber que os resultados aqui apresentados têm como fonte as respostas previstas pelo Mosaico de regiões de Santarém-PA e a Figura (6) sobre as escalas de interesses que ocorrem na região. O ponto de partida será a partir das áreas protegidas, para então compreender como as sobreposições remontam a região de Santarém-PA.

As áreas protegidas, já pré-estabelecidas no capítulo 1, são o eixo principal da pesquisa. Quando aqui voltamos a usá-las para compreender a sobreposição e categorizá-la deve-se entender que as políticas executadas por diferentes órgãos, ao longo dos anos, resultaram na ‘coincidência’ de diferentes tipos de áreas protegidas no mesmo território em Santarém-PA.

Mesmo essas áreas apresentando objetivos complementares entre elas, acabam por resultar conflitos e podem, ao contrário do que se imagina, levar ao distanciamento entre os atores que ali vivem (MADEIRA et al., 2006).

A Figura (5) abaixo mostra o mapa de Santarém e a localização das áreas protegidas e dá destaque também a ocupação populacional. No mapa observa-se uma área de sobreposições entre as categorias utilizadas na pesquisa.

Figura 5 – Sobreposição territorial no entorno de Santarém-PA

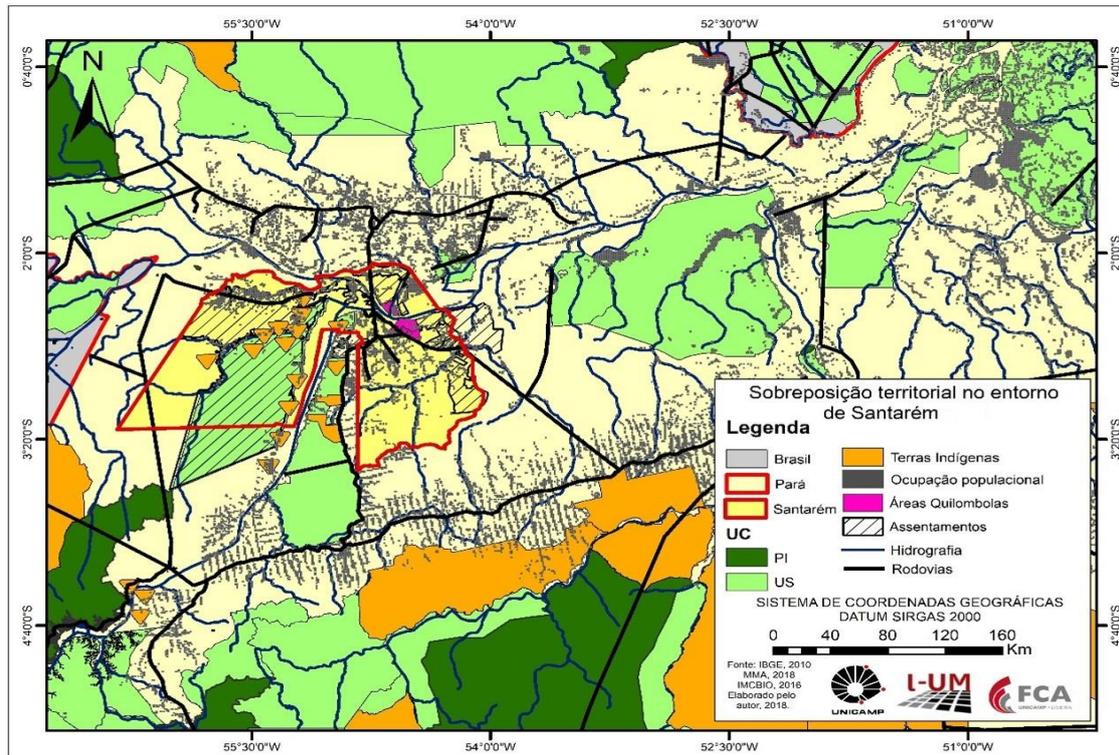


Figura 7 – Sobreposição territorial no entorno de Santarém-PA. Elaborado pela autora, 2018

Na Figura (5) observa-se a região de Santarém-PA, principalmente as Unidades de Conservação. Pode-se observar a grande incidência de UCs de uso sustentável, o que possibilita a habitação de povos tradicionais nesta localidade. Neste mesmo ambiente percebe-se a interação das Terras indígenas, mesmo que ainda não demarcadas, as existências das populações indígenas são determinantes na região, bem como os assentamentos que também interagem tanto com as UCs como com as TIs. Observa-se também a incidência de Quilombos integrando principalmente a parcela da região com ocupação populacional e urbana.

Os resultados da Figura (5) demonstram que apenas com o olhar cartográfico para o cruzamento entre categorias, não possibilita a evidência da sobreposição e suas principais ações no território. Acaba por se perceber a ocorrência da sobreposição de uma maneira bastante simplificada, porém deve-se entender que existem outros meios de compreender as sobreposições.

Para que fique esclarecido, faz-se uma revisão dos processos que foram feitos na pesquisa para abordar de maneira mais completa a categorização das sobreposições,

lembrando que existem considerações teóricas metodológicas para abordagem interdisciplinar do tema das sobreposições.

É a partir das políticas públicas que são realizadas no território, que o Estado exerce um papel delimitador do processo de sobreposição e a política é uma forma de atividade, que está inserida no urbano, social, no meio ambiente e no civil.

A aplicação de políticas públicas pelos diferentes órgãos públicos competentes resulta na coincidência de diferentes tipos de áreas protegidas no mesmo território, que podem ser vistas a partir de suas interações como forma de sobreposições, pois em muitos casos, os mesmos atributos têm importância ambiental e cultural, identificando as relações sociais ali pertencentes como complementares e muitas vezes também antagonistas, o que pode vir a gerar conflitos, alguns destes já observados ao longo do texto.

Para tal, a criação dos territórios, em particular aqueles que se sobrepõem, estabelecem condições para que exista um diálogo em torno do desenvolvimento desse processo, entre os diferentes atores sociais.

A abordagem territorial surge como um dos possíveis elos facilitadores do diálogo entre o poder público e os atores sociais e está presente em outros pontos que soam mais centrais. De fato, abordar o tema a partir do território como base, pode vir a ser eficaz em dar visibilidade a alguns atores sociais que já possuíam algumas condições positivas de reivindicação e participação nas políticas públicas, mas também fazer ressurgir aqueles que não tinham acesso e estavam invisíveis perante este tipo de temática.

Uma forma de tentar compreender essa lógica, é “o que os governos fazem e porque o fazem” (SIMEON, 1976; p. 548). Um exemplo deste processo é a imposição do viés conservacionista adotado por algumas políticas de proteção ambiental da legislação brasileira, em que gera conflitos em determinados espaços e territórios (SILVA, 2017).

A exemplo disto, a implementação de parques nacionais no Brasil gerou, e ainda gera, conflitos diretamente relacionados à gestão do território de algumas populações tradicionais, que, não por coincidência, encontram-se situadas em bolsões preservados e de ampla biodiversidade (SILVA, 2017).

Também destaca-se que são os governos que “escolhem fazer ou não fazer” (DYE, 1984) resultando no processo de esquecimento de algumas abordagens essenciais para haver desenvolvimento e poder de fala aos atores sociais da região de Santarém-PA.

O cenário observado em Santarém inclui populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, colonos, pecuaristas, produção familiar e capitalizada, amplamente

discutido no capítulo 1, que expressam visões e políticas de desenvolvimento que geram lucros, conflitos e novas formas de reconhecimento territorial para a região.

A sobreposição entre os territórios de parques a territórios tradicionais (isto quando não ocorre a desocupação das populações que habitam os espaços delimitados para a criação dos parques) acentuam as desigualdades e consideram os modos de produção destas comunidades como predatórios (SILVA, 2017).

A construção desta temática a partir dos conceitos amplamente debatidos no capítulo 2, território como base para políticas públicas e dinâmicas da população, faz uma conexão com a interdisciplinaridade gerando um conhecimento mais amplo para debater o caso, neste contexto o uso das políticas públicas é essencial, já que Santarém-PA possibilita casos emblemáticos.

Destaca-se inicialmente a sobreposição entre as próprias categorias de UCs seja de proteção ambiental ou de uso sustentável. Ao avaliar o caso de Santarém-PA, observa-se as categorias que revelam interseções entre elas. A exemplo disto, as Unidades de Conservação (UCs), na região são de categoria sustentável sendo Áreas de Proteção Ambiental (APA) (3) que estão sob jurisdição municipal, seguida pela Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e a Floresta nacional de Tapajós, sob jurisdição federal (2).

Apresenta-se o caso de sobreposição entre uma Resex (uso sustentável) e uma Flona (proteção integral), ambas pertencentes a UCs. Este tipo de sobreposição gera vários conflitos de interesse. Primeiro há conflito no objetivo básico de cada um dos grupos, em que uma deve preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e o outro grupo permite compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Este processo ocorre em Santarém-PA e é possibilitado pela integração destes grupos e também pela falta de delimitação mais concreto e fiscalizante e também falta de compreensão do uso dos territórios pelos povos que ali residem.

Existe uma dificuldade institucional no que diz respeito ao tratamento de casos de sobreposição envolvendo territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e tradicionais não indígenas. Apresenta-se um caso que já foi debatido no 1º Capítulo, e que vem de encontro com o que os autores Rezende e Postigo (2013) relatam sobre o caso de sobreposições de Terras Indígenas com Reservas Extrativistas.

O objetivo é atentar para a complexidade desses casos através de um olhar sobre as dinâmicas locais e regionais e os impactos que as ações isoladas das instituições de Estado têm nesses contextos, contribuindo com exemplos que permitam a sistematização

de um debate mais amplo sobre as sobreposições envolvendo direitos territoriais de diferentes povos. Segundo Rezende e Postigo (2013, p.121):

O caso da sobreposição da Terra Indígena Escrivão com a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns se iniciou em 2008. As informações preliminares repassadas pela FUNAI, evidenciava que “essas comunidades formam um só grupo” (FUNAI, 2004) [...] Os indígenas, se apresentaram como indígenas Maytapu e Munduruku Cara-Preta. Ao longo dessa e de outra viagem que realizamos às comunidades da Reserva Tapajós-Arapiuns, fomos percebendo que havia vários níveis de disputa em torno da questão indígena. Iniciar uma sistematização do debate sobre sobreposições [...] É provável que casos como esses ainda estejam pouco explorados por serem de difícil trato, tanto no plano científico como no jurídico. No interior da Reserva, havia comunidades onde todos os moradores se consideravam indígenas, outras em que todos não se consideravam indígenas, e ainda as que estavam divididas quanto à identidade étnica [...] nestes últimos casos, era comum que no interior de um mesmo grupo de parentes, ou mesmo dentro de uma mesma casa, houvesse a divisão de seus membros quanto à declaração da identidade (cf. POSTIGO, 2008; REZENDE, 2012b; VAZ FILHO, 2010).

Na configuração de tal cenário - de sobreposições - a criação e gestão das UCs tem sido protagonista. Isso porque uma vez que o processo de territorialização das TIs é anterior ao das UCs, as sobreposições se efetivam com a criação das UCs. Dessa maneira, torna-se evidente uma problemática no âmbito da gestão estatal responsável pela criação e manutenção dessas áreas.

A problemática existente no referido cenário está relacionada à situação inicial de sobreposição de áreas protegidas, como UCs de uso sustentável e TIs. Em tese, tais áreas se complementam na conservação socioambiental, na prática a sobreposição pode representar um desafio para o cumprimento do objetivo desses territórios, que é alcançar a conservação na relação entre sociedade e natureza (ARANTES, 2016). Segundo Amaral (2016, p.):

Quando há sobreposição entre esses territórios protegidos, o desafio de gestão se torna maior, pois envolve diferentes formas de uso e gestão da mesma área (a de sobreposição entre os dois territórios), sendo ambas respaldadas oficialmente. Em outras palavras, trata-se de uma questão que do ponto de vista prático do uso se torna divergente, mas que na perspectiva oficial das políticas públicas encontra-se respaldada como se fosse convergente. Tal situação ocorre no contexto de um modelo de gestão baseado em políticas públicas setoriais, a ambiental e a indigenista.

Ricardo (2004) argumenta que as sobreposições territoriais entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas estão diretamente ligadas aos atos de criação das Unidades de Conservação, a qual estabelece limites territoriais considerando apenas um

conjunto de critérios biofísicos da área, não dando conta da complexidade do fenômeno sócio-ambiental existente.

Porém, os mecanismos de atuação do Estado nas duas demandas não funcionam de forma complementar, pois fazem parte de políticas diferentes e acabam se colocando em justaposição. Um exemplo desse descompasso é a quantidade de TIs e UCs em situação de sobreposição, o que causa uma série de conflitos, disputas territoriais e entraves para uma gestão que se proponha socioambiental (ARANTES, 2016).

Em relação às sobreposições com outras áreas protegidas, a legislação prevê que, quando houver, a gestão deve ser feita de forma integrada e participativa, contemplando os objetivos de conservação das áreas em situação de sobreposição (ARANTES, 2016).

A sobreposição acaba por criar um ambiente propício para que movimentos e demandas sociais até então invisibilizados, quase sempre marcados por territorialidades particulares, por conhecimentos e formas de manejo ambiental tradicional, venham à luz para se fortalecer politicamente (RICARDO, 2004).

Para tal, pode-se usar o caso das comunidades remanescentes de quilombos, Santarém-PA tem um total de 11 CRQs. Essas comunidades se entrelaçam com as ocupações populacionais, seja no urbano como no rural, podendo ser observado esse fato na Figura (7) já exposta anteriormente.

Geralmente, esse tipo de sobreposição se dá por interesse. Se voltarmos para o caso da comunidade de Tiningu, uma CRQs, já explicitado no capítulo 1, percebeu-se que com delimitação do território, ocorrido principalmente por conta da produção de grãos, interesses dos produtores rurais e da questão fundiária, delimitou-se o território, de tal maneira que foi utilizada uma TI como meio de propor uma não sobreposição, esse argumento foi utilizado como a principal causa para a delimitação deste território, porém entende-se que a demanda pela diminuição do território, era uma maneira de apropriação do mesmo por outros agentes econômicos.

As coalizões criadas entre os agentes econômicos, as elites locais e governamentais em Santarém-PA, favorecem os interesses do setor financeiro, por exemplo, que ocorre em detrimento da população local que historicamente tem sabido manejar seus espaços. A trajetória da sede de Santarém reafirma as limitações da institucionalização oficial dessa região metropolitana, excluindo comunidades tradicionais e beneficiando grandes agentes capitalistas, além de desperdiçar potenciais de inovação em direção ao equilíbrio entre o meio urbano e o natural (GOMES et al., 2017).

O interesse está associado ao campo da política, estas que tem seu próprio fundamento, como a política territorial, ambiental, urbana, entre outras, que são observadas a partir de um viés setorial, porém estas não devem ser concebidas de forma isolada.

De tal modo, que Santarém é uma das regiões mais importantes da Amazônia brasileira, do ponto de vista do potencial econômico, da diversidade biológica, das riquezas naturais e da diversidade étnica e cultural (BRASIL, 2006) e por outro lado, a região também é conhecida como uma área de grandes conflitos fundiários, que carece da presença efetiva do Estado, como pode ser observado no caso da comunidade Tinguá (OLIVEIRA, 2009).

Para compreender o caso, é necessário entender o processo fundiário que ocorre na Amazônia, Correa (2005) explica que esse processo agrupa os atores que produzem o espaço urbano, nas seguintes categorias: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos. O Estado seria o ator que conciliaria os grupos extremos, mas, via de regra, é dominado pelos grupos hegemônicos que têm forte influência sobre as ações desenvolvidas pelo Estado. Tal influência dificulta o desempenho de um papel mais equitativo na distribuição de equipamentos e serviços pelo espaço da cidade, por consequência dificulta o seu desenvolvimento (SILVA, 2017).

Os conflitos se dão em torno do uso do recurso e na disputa por território, a qual se reflete na luta pela titulação. Contudo, ter o título e, conseqüentemente a garantia/direito ao uso, não é suficiente para que as condições de vida se estabeleçam de forma segura do ponto de vista ambiental, socioeconômico e cultural (INEA, 2016).

O processo de ocupação (reocupação) de Santarém e entorno, com aceleração da especulação fundiária e apropriação para diversos fins econômicos, significou a alteração de usos e coberturas da terra, além de restringir o acesso aos usuários tradicionais dos recursos (INEA, 2016).

Assim, o modo de vida dessas comunidades, a sua relação com a terra, e o direito a ela, fora sendo usurpados com a chegada da especulação fundiária, representada num primeiro momento pela pecuária e, atualmente, pela lavoura extensiva de soja e transformada pelo uso indevido das áreas de várzeas e os grandes desmatamentos. Um processo de ocupação desordenado, tanto, para as populações tradicionais, quanto, para a natureza e ao uso e valor da terra, amparados pelas políticas de incentivos governamentais, em todas as esferas. A disputa pelo acesso à terra se expressa em

distintos casos de sobreposição de territórios (e/ou propósitos) de grupos específicos (INEA, 2016).

Pensando neste aspecto, as populações tradicionais, comunidades quilombolas, povos indígenas, agricultores familiares e assentados da reforma agrária, que residem, usam recursos naturais e utilizam a UC como via de acesso, estes estão em desacordo com a categoria ou instrumentos de gestão da Unidade? Isso ocorre somente nas Unidades ou também pode ser visto no campo do urbano? Do rural? Entre outros? Como breve resposta, podemos dizer que a rede de comunidades e de instituições que as apoiam, constitui uma forma de resistência ao padrão hegemônico homogeneizante de expansão urbana da cidade, imposto, por exemplo, pela dinâmica urbano-industrial (CARDOSO, 2016).

Trata-se de um questionamento complexo cuja resposta requer uma compreensão da situação que supere a simples constatação de que a sobreposição de territórios protegidos é um problema para a questão ambiental.

A partir dos casos expostos, pode-se perceber, em termos práticos, as referidas transformações pelo tipo de apropriação e/ou dominação que afeta os territórios, (re) significando-os. Em termos teóricos, é o uso do território que o faz objeto de análise que se apresenta em constante mudança (ARANTES, 2016).

Nesse sentido, ao apresentar os casos que envolvem UCs, TIs e CQRs, em função da complexidade que envolve a dinâmica dos territórios protegidos em sobreposição, faz-se uma análise do exposto e entende-se que a questão norteadora da pesquisa não dá conta somente das sobreposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação, mas também aqueles que se mesclam com o urbano, rural e o econômico.

Localmente, em Santarém-PA, há alinhamento às tendências difundidas a partir das grandes metrópoles (de fragmentação, privatização, dispersão da cidade) com desvalorização de formas tradicionais de produção a partir da floresta e dos rios, assim como da vida cotidiana pautada por uma sociabilidade e uma forma de apropriação do espaço público (CARDOSO, 2016).

A expectativa de crescimento econômico a partir das novas dinâmicas eleva o preço da terra nas áreas disponíveis para urbanização adjacentes a área consolidada, ao ponto de gerar focos de verticalização, precarização das comunidades tradicionais urbanas e rurais, ocupação informal de áreas ambientalmente vulneráveis, expansão urbana formal sobre áreas de floresta, contestação de áreas demarcadas como assentamentos agroextrativistas por interesses imobiliários e assimilação das vilas e

localidades habitadas por comunidades tradicionais como assentamentos dormitórios (CARDOSO, 2016).

Destaca-se que as comunidades tradicionais se organizam no território segundo um padrão de dispersão, não há registros precisos a respeito da proporção dessas etnias em relação à população total. No caso de Santarém, a proximidade com a cidade permite que as comunidades se integrem econômica e socialmente à cidade.

Segundo Matos (2006), o perfil das cidades amazônicas guarda características das políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1950. Políticas essas que resultaram na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de políticas de emprego e renda e de equipamentos e serviços públicos adequados. Tal crescimento tem se dado, principalmente nas pequenas e médias cidades amazônicas. Santarém, na condição de cidade média da Amazônia, também guarda tais características (SILVA, 2017).

Santarém-PA vem de uma ampla ocupação, se torna bem diversificada e possui ciclos econômicos importantes historicamente. Uma parte importante da história econômica e política da região, está inserida na chegada dos produtos de grãos, por conta disto, os migrantes da região de Mato Grosso (MT) foram para o Pará (PA), em busca de trabalho, evidenciando uma mudança no modo de trabalho com o solo. A chegada da produção de grão é um marco para a região de Santarém e seu entorno.

A introdução da monocultura da soja, nos anos 2000, e a especulação imobiliária, ressignificou o padrão tradicional de ocupação territorial, em Santarém – PA. A articulação dos pequenos núcleos por estradas permitiu a estratificação do espaço em gradientes de periferia urbana ou ocupação rural. A produção de soja forçou o desmantelamento de comunidades rurais inviabilizando a região para o antigo morador e facilitando a sua apropriação por novos usos e tipologias (GOMES et al., 2017).

Esse processo de explosão e dispersão de usos urbanos pelo território manifesta o fenômeno da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2015). Segundo Monte-Mór (2015, p. 907):

As transformações em curso nas duas sedes dos municípios que constituem a periferia metropolitana: Belterra – núcleo urbano construído para apoiar a produção de borracha sob iniciativa de Henri Ford, com ruas originalmente distantes de três em três quilômetro, e tipologia de edificações tipicamente norte-americanas – e Mojuí dos Campos – assentamento carente de todas as infraestruturas e inserido na miríade de assentamentos rurais reconhecidos pelo principal movimento social da região (como o Sindicato de Trabalhadores Rurais).

A espacialidade das formas de uso e ocupação do território revela as mais diversas estratégias, praticadas pelos também diversos agentes produtores do espaço urbano, que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses (GOMES et al, 2017).

As comunidades, população original de Santarém-PA, indígenas, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, foi facilmente mantida invisível e sendo cada vez mais invisibilizados pelos interesses das frações do capital industrial e financeiro, (GOMES et al., 2017).

O contexto urbano, também, influencia as dinâmicas populacionais dessa região seja nas áreas protegidas e ou nas áreas de interesse social e econômico (HARVEY, 2005).

Quando conjuntos de atores sociais, de diferentes práticas culturais, entram em conflito, a ação é definida como política cultural, o que significa que as práticas alternativas ou dissidentes de um capital cultural dominante podem “ser a fonte de processos que devem ser aceitos como políticos” (Dagnino et al, 2000, p. 24-25).

Esse desafio ainda inclui uma consolidação desses novos espaços de governabilidade, trazendo estes atores sociais a participar dos processos decisórios. É preciso compreender que as políticas públicas, enquanto processos sociais que acontecem no espaço são capazes de alterar as geografias dos territórios nos quais incidem. Assim, a análise da dimensão espacial das políticas deve levar em consideração o espaço geográfico, que é construído a partir da vida do indivíduo, relacionando-se com o meio e com a sociedade (FERNANDES, 2015).

Novos espaços públicos para a participação devem ser abertos, como as consultas públicas que, ainda que problemáticas, devem ser espaços de debates e de ação de atores sociais e de introdução de práticas alternativas à cultura dominante de tomada de decisão. A ação conjunta do governo e da sociedade para o desenvolvimento da região, busca os elementos políticos significativos e, ainda que o Estado não possua capacidade institucional para melhor aproveitamento dessas práticas, não se pode retirar o mérito da sociedade da luta política (OLIVEIRA, 2009).

Para tal, segundo Ribeiro e Godinho (2013), devemos pensar o território como uma totalidade que expressa muito mais que a delimitação territorial do poder político formal que exercido ali. O território possibilita desvelar as contradições e as tensões sociais que caracterizam os distintos interesses de capitalistas.

O desenvolvimento territorial, em especial os espaços rurais, tem sido objeto de uma atenção política crescente, conseqüentemente, estamos tratando de questões

políticas, que dizem respeito às relações de poder e relações sociais, e não de aspectos meramente técnico-administrativos (BONAL 2009).

A análise dos processos territoriais deve cada vez mais tratar de considerar a existência de “redes de articulação” de atores, instituições e programas no processo da política pública, buscando caracterizar suas formas de construção e identificar seus participantes, as estratégias de ação coletiva que conseguem programar e suas condições de reprodução ao longo do tempo (BONAL, 2009, p. 26).

A hipótese que pode ser explorada é que essas redes de articulação destes atores e instituições reforçam a capacidade de ação coletiva dos atores locais, estimulam a realização de alianças, fortalecem a implementação participativa das políticas públicas e a efetividade do processo da política. Assim sendo, as redes contribuem na construção de condições institucionais para uma articulação e integração crescentes das ações, muitas vezes diversas e contraditórias, voltadas para o desenvolvimento local/ territorial (BONAL, 2009).

Sabe-se que a estrutura de políticas públicas setoriais não possibilita a construção de instrumentos de gestão integrados e com mais participação dos atores locais, porém isso seria imprescindível para se alcançar a resolução dos conflitos e possibilitar a sustentação do atual cenário e a conquista de cenários futuros melhores.

Como a dimensão política e ambiental estão inter-relacionadas na perspectiva socioambiental dos territórios protegidos, infere-se que a atual conjuntura política nos territórios e nas relações de poder entre comunitários e poder público se insere como fator de degradação e pode comprometer os cenários futuros.

Portanto, ao considerar o caso de Santarém como uma análise para se construir uma categoria de sobreposição, entende-se que todos os cenários expostos, seja as sobreposições entre UCs e TIs, como o interesse econômico na produção de grãos que se sobrepõe ao interesse da população tradicional, ou o urbano, que está interligado no processo de ocupação populacional e as intersecções que ocorrem devido a urbanização, é possível compreender que o mosaico de diferentes formações em Santarém-PA funciona como uma espécie de porção contínua, ainda que composta por manchas de diferentes modalidades.

O conflito entre os diferentes movimentos e interesses, se revela em todas as esferas mencionadas, sendo compreendida diante os conceitos de política pública, dos territórios e da dinâmica populacional. Contudo, demonstra-se que o aspecto socioespacial, indica limitações sob a ótica da homogeneização, mas amplas

oportunidades sob o olhar da diversidade e dos modos de vida. Ou seja, perceber os conflitos e olhá-los de maneira recortada trará uma visão delimitada e reduzida da sobreposição que ali acontece, porém, ao trazer este olhar para uma visão compartilhada e vista sob uma ótica ampla poderá trazer resoluções mais eficazes.

Muitas vezes, por exemplo, ao olhar somente a questão da produção de grãos através do viés econômico, que trará lucro e emprego, pode ser um processo positivo, porém não abrange a todo o contexto que esta questão envolve, pois, este empreendimento pode estar sob uma floresta nacional, esta não possui populações tradicionais, mas deve ter seu aspecto preservacionista conservado e garantido. De tal modo que a sobreposição entre UCs e TIs deve ser observada não somente da ótica territorial ou da política pública ambiental, mas também dos aspectos políticos e dinâmicos de reconhecimento do território e populacional e do uso da terra.

As dinâmicas de constituição de um território relacionadas às formas e aos usos, aos objetos e às ações no espaço habitado pelo humano, considerando as redes sociais que se entrelaçam, entende-se que a territorialização, em seu movimento torna-se elemento fundamental na (re) construção do território, fazendo com que surjam contrapontos entre os antigos territórios e os chamados territórios rede (HAESBERT, 2006)

Por sua vez, a dimensão tratada por Milton Santos e que vai de encontro com as redes de Haesbert, evidencia que a rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 1996, p.209).

Sendo assim, a configuração de multiterritorialidades pode ser meio de formação das sobreposições, pois passa a estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvem escalas diferentes, sejam elas na dimensão regional como local. A dimensão local se expressa a partir de uma dimensão cultural e interativa podendo ser vista de diversas formas e contextos.

As considerações aqui apresentadas fundamentam-se na premissa de que a questão do desenvolvimento territorial está ligada à forma como o Estado atua no espaço nacional, ou seja, como se articulam as decisões públicas em todas as escalas da organização administrativa. Sabe-se que nenhum processo de planejamento é neutro em si.

O planejamento é, também, um processo político, que envolve interesses e projetos, uns que se quer apoiar e outros combater. Os objetivos a serem alcançados não são neutros. Respondem a interesses de grupos organizados que por meio de um processo

dialético são construídos e interferem na construção do ambiente através de elementos de ordem econômica, ambiental, infraestrutura, cultural, política e institucional (COSTA, 2011).

O conjunto de instrumentos que compõem o sistema de planejamento tem reforçado projetos para os estados com grandes faixas de fronteira (CASTRO, 2012).

O estudo realizado na cidade de Santarém, no estado do Pará, mostrou que é preciso relativizar a relação entre a temática socioambiental e organização do espaço, para assim entender o próprio sentido da sobreposição.

Nesse sentido, se observou as sobreposições a partir da ocupação por populações ribeirinhas, assentamentos, quilombos e terras indígenas que ocorrem em UCs e também a interferência do urbano e do avanço econômico, por exemplo, com a criação de Portos em áreas preservadas, a chegada dos grãos e o advento da soja. Trata-se de sobreposições diferentes entre si e, com níveis de vulnerabilidades semelhantes embora os fatores relacionados sejam divergentes, cabe a promoção de medidas específicas para os casos expostos.

O caso de Santarém-PA evidencia a importância do enfoque nas sobreposições em áreas protegidas pelas vias da interdisciplinaridade e ao mesmo tempo em que se apresenta uma categoria relevante, como a categoria da sobreposição, coordenar os dados sob o referencial proposto traz desafios práticos e complexos que necessitam ser considerados no acompanhamento da dinâmica dos interesses dos atores envolvidos nestes territórios.

A concepção das sobreposições através dos referenciais proposto podem vir a ser soluções para outros casos, porém aqui nesta pesquisa, volta-se para esclarecer que às intervenções únicas, não se constituem de maneira que possibilite compreender as sobreposições e suas derivadas ações. Portanto as alternativas localmente construídas a partir de um olhar interdisciplinar, aqui apresentadas a partir dos conceitos de população, território e políticas públicas, podem vir coordenar esses dados sob o referencial proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho parte-se de um caso sobre Santarém-PA, apresentando atores e instancias relevantes para a compreensão do contexto da sobreposição, sobretudo em relação as Áreas Protegidas. A partir deste caso é que se propôs três grandes conceitos, as políticas públicas, a população e o território cujos referenciais são interessantes para analisar a sobreposição em áreas protegidas. Ao fazer isso a categoria de sobreposição emerge como algo relevante para analisar a interdisciplinaridade, inclusive por permitir ir além da mera representação físico cartográfica.

Não se trata apenas de observar se uma UC está sobre uma TI, por exemplo, ou se está sobre algo. Trata-se de ampliar o quadro, de tal modo a perceber elementos que auxiliem a compreensão sobre a sobreposição. Ao recuperar o caso de Santarém-PA pela ótica da sobreposição, o estudo de caso aponta para outras análises que envolvem os territórios, as políticas e a população.

O diálogo com os conceitos de território, políticas públicas e população, se dá com o intuito da interdisciplinaridade, buscando investigar processos e dimensões de sobreposições territoriais, a partir do contexto das áreas protegidas. Nesse sentido, fica evidente que o trabalho se desdobra em diferentes frentes e se aglutinam em torno da construção da categoria da sobreposição.

Ao nos amparar nos dados do caso de Santarém-PA, este possibilita a reflexão sobre a presença de populações em áreas protegidas e em seu entorno, assim como sobre as políticas públicas amparadas por delimitações territoriais, podendo ilustrar a contribuição desta pesquisa, ao pensar que estas sobreposições podem vir a ser vistas a partir de distintas disciplinas, referencias e teorias, como as políticas setoriais, as fronteiras, relacionadas ao território e até mesmo da gestão territorial, que nos leva a um planejamento territorial, pois as áreas protegidas que se sobrepõem, não se sobrepõem somente a elas, mas ao urbano, ao sitio arqueológico, ao agronegócio, dentre outras vertentes que pode vir a ser estudadas a partir de mecanismos únicos.

Todos estes fundamentos auxiliam na concepção das sobreposições e podem vir a ser soluções para o caso, porém aqui nesta pesquisa, volta-se para uma contraofensiva às intervenções únicas, constituindo-se que as alternativas localmente construídas a partir de um olhar interdisciplinar e ao mesmo tempo apresentadas como uma agenda futura, podem coordenar esses dados sob o referencial proposto, em que traz desafios práticos

que precisam ser considerados no acompanhamento da dinâmica dos interesses dos atores envolvidos nestes territórios.

A sobreposição entre terras indígenas ou quilombolas e unidades de conservação, sejam de uso sustentável ou de proteção integral, ou a presença de outras comunidades tradicionais no interior dessas áreas protegidas é algo, mais do que natural, quase inevitável ou necessário, caso em que estes espaços territoriais especialmente protegidos devem sofrer dupla afetação.

Espera-se que com esta pesquisa possa suscitar uma visão crítica da questão das sobreposições e instigue novas leituras sobre a produção socioespacial, que tem muito a ver com as formas de identidade e de territorialidade que acontecem, em geral, na Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. In: **Humanidades**. Número 15, Ano IV. Brasília: EdUnB. 1989.
- ALMEIDA, A. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.
- ALVARENGA, A. et al. “Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade”, in A. Philippi & A. Silva Neto (ed.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**, Editora Manole, com apoio da Capes, 2011, 998 p.
- ALVES, D. **Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260-960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas**. Dissertação (mestrado) UFOPA. - 2012.
- AMARAL, S. et al. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, jul./dez. 2013
- ANDRADE, M. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARANTES, M. Gestão Socioambiental de Territórios Protegidos em Sobreposição na Amazônia. dissertação (**mestrado**). Universidade de Brasília. Brasília – DF, Junho de 2016.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.) **etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos**. São Paulo: NUPAUB, Hucitec.2000.
- ARRUTI, J. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/São Paulo: Edusc. 2006.
- ARRUTI, M; ALMEIDA, M. Políticas de Reconhecimento e Sobreposições Territoriais. **Workshop “Políticas de Reconhecimento e Sobreposições Territoriais”**, Campinas, IFCH/Unicamp, 21 a 25 de maio de 2013
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Santarém – PA (2013)**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santarem_pa>. Acessado em: Dez, 2018.
- BARRETO FILHO, H. Gestão Ambiental e Territorial: um panorama dos espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil. Os novos desafios da política ambiental brasileira. LITTLE, P.E. (org.). **IEB**, Mil Folhas, Brasília. 2014
- BATISTA, H ; SILVA, A; LIMA, E. **A Importância da Soja para o Agronegócio Brasileiro: Uma Análise sob o Enfoque da Produção, Emprego e Exportação**. V Encontro de Economia Catarinense, 2011, Florianópolis - SC. V EEC - Crescimento e Sustentabilidade, 2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesses_tematicas/Economia%20rural%20e%20agricultura%20familiar/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DA%20SOJA%20PARA%20O%20AGRONEG%C3%93CIO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: mar. 2018

- BATISTELLA, M.; BRONDIZIO, E. Uma estratégia integrada de análise e monitoramento de assentamentos rurais na Amazônia. **GIS BRASIL** 2001, 7, Curitiba. Anais, FatorGis-Selper, 2001.
- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, 47 (3/4), pp. 357–371. 1985
- BECKER, B. Redefinindo a Amazônia: o Vetor técnico-ecológico. In: CASTRO, I. E. de et. al. (org.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 223-244 p
- BENSUNAN N. Terras indígenas: as primeiras Unidades de Conservação. In: RICARDO F. “**Terras Indígenas & Unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**”. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade – para uma teoria geral da política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012 [1986].
- BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 426
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2019
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Brasília: Presidência da República/Casa Civil. 2006
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: Acesso em: 08 out. 2018.
- BRONDIZIO, E. et al. Small Farmers and Deforestation in Amazonia. In: **American Geophysical Union (Org.)**. Amazonia and Global Change, Vol. 186. Am. Geoph. Union, 2009, p. 117-143.
- BRONDIZIO, E. et al. Small Farmers and Deforestation in Amazonia. In: American Geophysical Union (Org.). **Amazonia and Global Change**, Vol. 186. Am. Geoph. Union, 2009, p. 117-143.
- BRONDÍZIO, E. et al. (2002) "The Colonist Footprint. Toward a conceptual framework of land use and deforestation trajectories among small farmers in the Amazon frontier". In WOOD, C. H.; PORRO, R. (eds) **Deforestation and land use in the Amazon, Gainesville**: University of Florida Press, pp. 133–161.
- CARDOSO, A; GOMES, T; OLIVEIRA, K. **Espaços públicos e diversidade em Santarém (PA)**. XI Colóquio quapa sel – quadro do paisagismo no brasil salvador – bahia – UFBA. 2006. Disponível em: < <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp->

<content/uploads/2016/08/ESPAÇOS-PÚBLICOS-E-DIVERSIDADE-EM-SANTARÉM-PA.pdf>>.

CARNEIRO, M. **Legislação indigenista do século XIX**. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1993.

CARNEIRO, M. **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CATAIA, M. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & natureza** (UFU. Online), v. 23, p. 115-125, 2011

CAVALCANTE, T. **“Terra indígena”: Aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico**. São Paulo, v.35, e75, 2016 ISSN 1980-4369.

CAVALCANTE, T. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 2013. Tese (**Doutorado em História**) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013

CHAGURI, M.; BASTOS, R. “A atualidade do rural”. **Lua Nova**, vol.95, n.2, 2015.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. DE A.; LOPES, A.; LIRA, S. B. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia oriental. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 73-107, 2005.

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo, Cortez. 1996

CORRÊA, R. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72

CORREA, R. **O espaço urbano**. 6ª impressão da 4ª edição. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios).

CORREA, S. et al. **Regularização fundiária e populações tradicionais na Amazônia: uma análise das tipologias dos projetos de assentamentos na região oeste do Pará**. VII Congresso brasileiro de geógrafos. Vitória, Espírito Santo de 10 a 16 de agosto de 2014.

CORTES, J. **Novas abordagens para áreas de fronteira agrícola na Amazônia: recente dinâmica demográfica em Santarém, PA**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2012.

CORTES, J; D’ANTONA, A. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** 2016, vol.11, n.2, pp.415-430. ISSN 1981-8122

COSTA, A. **Quilombos e Povos Tradicionais** (2014). Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA FILHO Aderval Quilombos e Povos Tradicionais.pdf>>. Acessado em: Dez, 2018.

COSTA, T. A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA). Belém: NAEA/UFPA, 2012. Dissertação (**Mestrado**), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. 166f.

- CUNHA, J; BAENINGER, R. **A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças.** Anais II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais... Belo Horizonte: ABEP. 1999
- CUNHA, L; COELHO, M. Política e legislação ambiental. In: **A questão ambiental: diferentes abordagens** – 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. (p. 43 a 79).
- D'ANTONA et al. Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. **ACTA Amazonica**. vol. 41(2) 2011: 223 - 232 v
- D'ANTONA, A et al. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 401-428, jul./dez. 2013
- D'ANTONA, A. Do mito malthusiano ao das relações recíprocas – a constituição interdisciplinar do campo de População e Ambiente. **Rev. bras. estud. popul.** [online]. 2017, vol.34, n.2, pp.243-270. Epub July 10, 2017. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0006>.
- D'ANTONA, Á; VANWEY, L. **Rural urbanization in Santarém, Brazil: factores endogenous to the region and rural households.** 7th International Science Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change. Anais... Bonn, 2009
- DIÁRIO DA UNIÃO (2018). **Área reduzida quilombo.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/10/16/com-area-reduzida-quilombo-tingu-e-reconhecido-pelo-incra.ghtml>>. Acessado em: Nov, 2018.
- DICKEL, M. **Transformações sócioeconômicas dos gaúchos no centro-oeste e nordeste: Territorialização.** In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.
- DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada.** Hucitec: São Paulo, 2001.
- DYE, R. **Understanding public policy,** Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984.
- DORST, J. **Antes que a natureza morra.** São Paulo: E. Blucher, 1973.
- EMATER. **Plano de desenvolvimento do Assentamento Eixo Forte.** Empresa de assistência técnica e extensão rural. Santarém. 2011.
- EMBRAPA. Alcance Territorial da Legislação Ambiental, Indigenista e Agrária. Evaristo Eduardo de Miranda, Coordenador do GITE – **EMBRAPA.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/alcance/index.html>> Acesso em: 18. Ago, 2018.
- ESCOBAR, A. **Territories of difference: Place, movements, life, redes,** Durham: Duke University Press, 2008.
- ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio” **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, dez. 2015
- FADIGAS, L. **Urbanismo e território – As políticas públicas.** Sílabo, Lda. 1ª Edição – Lisboa, abril de 2015
- FAMCEEFF. **Estatuto da Famceef.** Santarém, Federação das associações de moradores, comunidade e entidades do assentamento agroextrativista Eixo Forte. 2007.
- FARIAS, M. et al. Impacto dos Assentamentos Rurais no Desmatamento da Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17009, 2018.

FERNANDES, B. **Entrando nos territórios do Território**. UNESP, 2007. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/>>.

FERNANDES, S. Contribuições da ciência geográfica às políticas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** – v.15, n.2, 2013..

FREIRE DE MELLO, L.; HOGAN, D. J. População, consumo e meio ambiente. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2007. p. 59-72.

FREITAS, A. Estado, território, ambiente e políticas públicas: o ordenamento territorial e sua interface ambiental. In: RAMOS, S et al (Orgs.). **Estado, políticas públicas e território**. 1ª edição Outras Expressões São Paulo – 2015

FREIXO, C. et al. **Dinâmica das populações tradicionais nas reservas extrativistas brasileiras**. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Foz do Iguaçu /PR – Brasil, 2016.

FUINI, L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29 ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499422589

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, E. Territorialidade. In: SANSONE, L; FURTADO, C (Orgs.). **Dicionário crítico das Ciências sociais dos países de fala portuguesa**. EDUFBA, 2014.

GOMES, T; CARDOSO, A; COELHO, H; OLIVEIRA, K. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Caderno MetrÓpole**. [online]. 2017, vol.19, n.40, pp.891-918. ISSN 1517-2422. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4009>.

GRANDO, R. Território em construção: desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território. **Portal da Amazônia**, Mato Grosso (MT). Brasília, 2014. 272 p.:il.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015

GUEDES, E. Colonização dirigida em uma faixa da fronteira amazônica: O caso da gleba Ituqui no oeste do estado do Pará. Universidade Federal do Oeste do Pará. In: **XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João pessoa, 2018

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume (2005 [1989]).

HOGAN, D. A Relação entre População e Ambiente: desafios para a demografia. Pág. 21-52 in H.Torres, H. Costa (orgs.), **População e Meio Ambiente: debates e desafios**. São Paulo, Editora Senac. 2000

HOGAN, D. **Indicadores sócio-demográficos de sustentabilidade**. Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de População (NEPO) -UNICAMP, Vol. 1. 2001.

HOGAN, D. J. **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp, 2007.

HOGAN, D. J. Resumo das discussões sobre o tema “A dinâmica demográfica em situação de crise”. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4, 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: Abep, 1984, p. 1357-1366.

HOGAN, J. D.; D’ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: BATISTELLA, M.; MORAN, E. F.; ALVES, D. S. (Org.). **Amazônia natureza: sociedade em transformação**. São Paulo: Edusp, 2008.

HOMMA, A. **História da agricultura na Amazônia: da era pré colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

HOMMA, A. História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2003. 274 p. : il. color. ; 26 cm + 6 f. dobradas

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>.

ICMBIO. **Ocupação sede do ICMBio** (2015). Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/indigenas-ocupam-sede-do-icmbio-de-santarem-contraprojeto-de-venda-de-carbono-e-pelo-cumprimento-da-convencao-169/18377>>. Acessado em: Jan, 2019.

IMAZON. **Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia** (2015). Disponível em: <<https://imazon.org.br/desmatamento-em-areas-protegidas-reduzidas-na-amazonia/>>. Acessado em: Jan, 2019.

INCRA. **Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ**. Acompanhamento de processo. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

INCRA. **Regularização de território quilombola: perguntas & respostas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incraperguntasrespostas-a4.pdf>>.

INEA. **Levantamento socioeconômico e demográfico referente à implantação do terminal de uso privado (TUP – EMBRAPAS)**. SantarémPA, 2014

INEA. **Levantamento socioeconômico e demográfico referente à implantação do terminal de uso privado (tup) – embraps – componente quilombola Santarém – Oeste do Pará**. Levantamento Socioeconômico e Demográfico – Relatório Final EMBRAPAS – Componente quilombola – Santarém – Oeste do Pará, 2016

IPAM, 2014. Disponível em: <http://ipam.org.br/e-preciso-reconhecer-as-necessidades-dos-assentamentos-para-criar-politicas-publicas-adequadas/>. Acessado em: Out, 2018

IPAM, 2017. Disponível em: <http://ipam.org.br/bacia-do-tapajos-assina-acordo-para-preservacao-ambiental/>. Acessado em: Out, 2018.

LAURINDO, L. **Escravidão negra, capitalismo e tráfico interno de escravos no Pará oitocentista: Aspectos gerais e o caso de Santarém-PA**. 2º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional Outubro, 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

- LEFEBVRE, H. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.
- LOMBARDI, T; D'ANTONA, A. **A ocupação do território brasileiro como desdobramento da expansão da fronteira: Heranças coloniais no pensamento sobre a contemporânea relação população-ambiente**. XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Lisboa. 2015
- LOPES, B; AMARAL, J; CALDAS, R. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- MADEIRA, J et al. **Interfaces e sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/gestao-socioambiental/DCOM_interfaces_e_sobreposicoes_entre_ucs_e_territorios_de_povos_e_comunidades_tradicionais_dimensionando_o_desafio.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.
- MADEIRA, J. et al. Geossistemas Ferruginosos e Áreas Protegidas. pp. 453-477 em: CARMO, F.F.; KAMINO, L.H.Y. Geossistemas Ferruginosos no Brasil. Instituto Prístino, Belo Horizonte. 2005
- MAGALHÃES, J. "Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil". In: XAVIER, A; ALBUQUERQUE, W; MOTA, J; PIANCASTELLI, M (orgs.). **Dinâmica dos municípios**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007
- MAGALHÃES, J. Emancipação Político-Administrativa de Municípios no Brasil. In: **Dinâmica dos Municípios/** Organizadores : Alexandre Ywata Carvalho et al. Brasília: Ipea, 2007. 326p. Disponível em < <http://ipea.gov.br/PDF>>.
- MARANDOLA JR, E. As escalas da vulnerabilidade e as cidades: interações trans e multiescalares entre variabilidade e mudança climática. In: OJIMA, R.; MARANDOLA JR. E. (Orgs) **Mudanças climáticas e as cidades: População, urbanização e adaptação**. São Paulo: Blücher, 2013. 1-23p.
- MARANDOLA JR., Eduardo. As escalas da vulnerabilidade e a cidade. In: "Urbanização e mudanças climáticas: perspectivas de pesquisa e cenários para o planejamento urbano e regional" **XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional**. Maio de 2011. Rio de Janeiro.
- MARANDOLA Jr., E.; HOGAN, D. Em direção a uma demografia ambiental? Avaliação e tendências dos estudos de População e Ambiente no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, Abep, v.24, n.2, p.191-223, jul./dez. 2007.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes. 2001.
- MARQUES, E; FARIA, C (Orgs). **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Unesp, Editora Fiocruz; 2013.
- MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdade e contradições**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- MARTINE, G. Atualização do Debate sobre População e Meio Ambiente. 2001. **Revista Brasileira de Estudos de População** 18, 1-2, 161-166.

- MARTINE, G. **Desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira.** Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza. 1992.
- MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 2, p. 181-190, 2007.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: Uma nova política de espacialidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.
- MATIAS- PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo, Atlas, 2012.
- MELLO, L; SATHLER, D. A demografia ambiental e a emergência dos estudos sobre população e consumo. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso) , v. 32, p. 357-380, 2015.
- MMA. **O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil.** 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/images/stories/Anais_III_Semin%C3%A1rio_FLONA_do_Tapaj%C3%B3s_I_RESEX_Tapaj%C3%B3s_Arapiuns.pdf>. Acessado em: Fev, 2019.
- MONTE-MÓR, R. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (orgs.). **Território, globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec. 1994
- MONTE-MÓR, R. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, G., COSTA, H. e MONTE-MÓR, R. (orgs.) **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte, C/Arte. 2015
- MPF. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais.** 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Série Manual de Atuação. Brasília, 2013.
- NASH, R. **Wilderness and the American mind.** Yale: Yale Univ. Press, 1982.
- NESP. **Perfil do município de Santarém/PA** (2016). Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Santarm.pdf>. Acessado em: Nov, 2018.
- NOGUEIRA, R; OLIVEIRA, T. Federalismo e meio ambiente na amazonia: áreas protegidas como nova geografia política. **Géographie politique et géopolitique brésilienne au XXI siècle.** 2017.
- NORONHA, S; SCHLESINGER, S. **O Brasil Está Nu! Os caminhos e descaminhos da soja, o grão que cresceu demais.** Rio de Janeiro. FASE, 2006.
- OLIVEIRA, J. **Expansão urbana e periferização de Santarém – PA, Brasil: questões para o planejamento urbano.** Anais X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268.htm>>. Acessado em: Out, 2018.

- OLIVEIRA, M. Cultura e política dos movimentos sociais e ambientalista no eixo de influência da rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém. In: **Desenvolvimento territorial Diretrizes para a Região da BR-163**, 2009.
- PEREIRA, H; GUERCIO, F; LIRA, J. **População, ambiente e desenvolvimento no contexto das mudanças ambientais globais**. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Pedro/SP – Brasil, 2014
- PEREIRA, J. Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Dissertação (**Mestrado**). Belém: NAEA/UFPA, 2004.
- PIAZZAROLI, P. O conflito das sobreposições: terras indígenas e unidades de conservação. Curitiba, 2007. 106p. Dissertação (**Mestrado**) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- PORTO-GOLÇALVES, C Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências sociais** no.107 Coimbra set. 2015. <http://dx.doi.org/DOI:10.4000/rccs.6018>
- PRATES, H. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana. **Revista Brasileira de Estudos populacionais**, São Paulo, v. 23, n 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RICARDO, F. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- RIOS, A. **Populações tradicionais em áreas protegidas**. 2004. p. 78.
- RIVERO, S. et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova econ.** vol.19 no.1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000100003>
- RODIGUES, M. **Políticas Públicas**. Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2013
- RODRIGUES, J. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora RT, 2005.
- SANTARÉM (PA). **Prefeitura**. 2018. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em: Nov, 2018.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a. SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios**. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.
- SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo, Edusp. 2013.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2000.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 2010. 73-94.

SATHLER, D. População, consumo e ambiente: contribuições da Demografia para a questão ambiental. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Águas de Lindóia: Abep, 2012.

SAWYER, D. **População, meio ambiente e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: ISPN, 1993.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p.88-125, jan/jun 2004.

SILVA, R. **De cima para baixo: a sobreposição de conceitos, territórios e normas**. (2017). Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/2587>>. Acessado em: Mar, 2019.

SIMEON, R. Studying Public Policy. **Canadian Journal of Political Science** v. 9, nº4, 1976: 548-580

SOUZA, L; TAVARES, M. Produção do espaço na Amazônia: Reflexões acerca do rural e do urbano em ocupações do município de Benevides (PA). In: **Espaço, natureza e sociedade: olhares e perspectivas**. Org. Oliveira, Janete. 1º ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2013

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116

SPOSITO, M; SPOSITO, E. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017. ISSN 2179-0892.

SPRANDEL, M. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. **Cienc. Cult.**, Jan 2013, vol.65, no.1, p.24-26. ISSN 0009-6725

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais in: (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE Editora e Paralelo 15, 2006, p. 29-82.

TEIXEIRA, B; CUNHA, I; TERRA, A. **A expansão da fronteira agrícola da soja no município de Santarém (PA) e suas transformações socioespaciais**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia – MG. 2012.

TOLEDO, M. Os processos de modernização agrícola na região amazônica: transformações recentes na dinâmica produtiva do município de Santarém (Pará). **Geosul**, 26 (52), Pp. 77–97. 2011

TRINDADE JR, S. et al. Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.117-133. DOI: 10.5654/actageo2011.0001.0009

VENTURIERI, A. et al. **Análise da expansão da agricultura de grãos na região de Santarém e Belterra, Oeste do estado do Pará**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010.

VERA, Z; STEINBERGER, M. **Relação entre políticas públicas espaciais e políticas públicas setoriais: uma questão de cultura política**. 61ª Reunião Anual da SBPC. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

VERÍSSIMO, A. ROLLA, A; VEDOVETO, M; FUTADA, S. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, L.P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2008

VICENTINI, Y. **Cidade e História na Amazônia**, Curitiba: Editora UFPR. 2004

VIEIRA, J. **Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao território do quilombo do Maicá em Santarém-PA**. 2006. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6f8805c87ad80ed9>>.

VIEIRA, Judith Costa. Quem pode ser quilombola?: A (re) construção da identidade Coletiva do quilombo do Maicá, Santarém, Pará. In Almeida, Alfredo Wagner Berno (Org.): **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

WHITACKER, G. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2015, Vol. XX, nº 1.135. . [ISSN 1138-9796].

WINKLERPRINS, A. Jute cultivation in the Lower Amazon , 1940 e 1990 : an ethnographic account from Santarém, Pará, Brazil". **Journal of Historical Geography**, 32, pp. 818–838. 2006

WINKLERPRINS, A; SOUZA, P. Surviving the city: urban home gardens and the economy of affection in the Brazilian Amazon. *Journal Latin American*. **Geography**, v. 4, p. 107126, 2005.

ZANATTO, V. Conflitos entre unidades de conservação e terras indígenas: o caso da Ilha do Bananal – TO. **Revista de Geografía**, número 5, 2016.